

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**AS CONCEÇÕES E SIGNIFICADOS ACERCA DO  
CASAMENTO, COABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE  
FAMÍLIA EM PESSOAS LGBTQIA+**

**Elsa da Assunção Martins**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE**  
**Área de Especialização em Psicologia Sistémica – Contextos Familiar,  
Comunitário e Forense**

**2023**

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**AS CONCEÇÕES E SIGNIFICADOS ACERCA DO  
CASAMENTO, COABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE  
FAMÍLIA EM PESSOAS LGBTQIA+**

**Elsa da Assunção Martins**

**Dissertação orientada pela Professora Doutora Luana Cunha Ferreira**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE**  
**Área de Especialização em Psicologia Sistémica – Contextos Familiar,  
Comunitário e Forense**

**2023**

*Este foi um ano bastante desafiante e peculiar que não teria sido tão frutífero sem as pessoas que me rodeiam, apoiam e motivam todos os dias. Estou eternamente grata por vocês.*

*À professora Luana por embarcar neste desafio comigo, por me desafiar e motivar a fazer sempre melhor e a acreditar mais em mim.*

*Às professoras do núcleo de Sistêmica da Faculdade de Psicologia da UL, professora Carla Crespo, Isabel Narciso, Maria Teresa Ribeiro e Maria Minas pelos ensinamentos que me passaram e por me introduzirem ao fantástico mundo da sistêmica.*

*A todas as pessoas participantes que se disponibilizaram para partilhar comigo as suas perspetivas, um obrigada bastante especial.*

*À minha família por cuidarem de mim e confiarem nas minhas capacidades, mesmo quando eu digo que acho que não consigo. Nunca haverá palavras suficientes para vos agradecer e homenagear. Obrigada pelo abraço, mesmo que muitas vezes seja em formato digital. Sei que viverão esta conquista como se fosse vossa.*

*Às minhas amigas que foram o meu suporte a minha fonte de inspiração e motivação. À Grácio por acreditar mais em mim do que eu mesma e por me mostrar que o céu é o limite. Um dia gostava de me ver pelos teus olhos. À Mariana, pelo apoio incondicional, as palavras calorosas e a gargalhada no momento certo. Obrigada por estares sempre atenta. À Rita por ser quentinho, por estar sempre pronta para me ouvir e ajudar sem hesitar. Obrigada pela tua paz. À Maria Beatriz por mesmo longe partilhar estes cinco anos comigo e alcançarmos juntas esta conquista. À minha Sofi por me apoiar sempre e por ser o meu porto de abrigo, principalmente quando preciso de descontrair. À Canuca por ser calma e o conforto nos momentos de pausa.*

*À Mouraria pelas conversas infinitas de sofá e por serem o abraço no final de cada dia. Sou muito grata por vos ter e partilhar a vida convosco.*

*A todos os amigos, conhecidos com quem tive a oportunidade de partilhar este ano tão desafiante. Obrigada pelo abraço, pela motivação e por cada palavra de conforto.*

## Índice

1. Resumo.....	5
2. Abstract .....	6
3. Introdução.....	7
4. Enquadramento Teórico .....	9
4.1. Conceitos base – Género, Casamento e Família.....	11
4.2. Conjugalidade e casamento .....	12
4.3. Conjugalidade e casamento LGBTQIA+ .....	15
4.4 As novas realidades da conjugalidade .....	19
5. Método .....	23
5.1. Enquadramento e Posicionamento Metodológico .....	23
5.2. Questões de Investigação, objetivos e mapa conceptual .....	24
5.3. Participantes .....	25
5.4. Instrumentos .....	25
5.4.1. Questionário Sociodemográfico.....	25
5.4.2. Guião da Entrevista Semiestruturada.....	25
5.5. Procedimento .....	26
5.6. Análise de Dados .....	27
6. Resultados .....	29
6.1. Concepções sobre a Família .....	30
6.2. Concepções sobre o Casamento .....	34
6.3. Concepções sobre a Coabitação .....	36
6.4. Especificidades da Comunidade LGBTQIA+ .....	38
7. Discussão.....	40
7.1. Limitações e Investigações Futuras .....	46
7.2. Potenciais Contributos para Prevenção, Intervenção e Investigação .....	47
7.3. Conclusão .....	48
8. Referências Bibliográficas .....	49

## Índice de Figuras

<b>Figura 1.</b> Mapa conceptual dos construtos da investigação.....	24
<b>Figura 2.</b> Árvore de categorias dos quatro temas e as suas principais subcategorias.....	30
<b>Figura 3.</b> Mapa representativo da categoria Concepções sobre a Família.....	31

<b>Figura 4.</b> Mapa representativo da categoria Conceções sobre o Casamento.....	35
<b>Figura 5.</b> Mapa representativo da categoria Conceções sobre a Coabitação.....	37
<b>Figura 6.</b> Mapa representativo da categoria Especificidades da Comunidade LGBTQIA+.....	39

### **Índice de Apêndices**

<b>Apêndice A.</b> Questionário Sociodemográfico .....	54
<b>Apêndice B.</b> Guião da Entrevista Semiestruturada .....	55
<b>Apêndice C.</b> Consentimento Informado .....	57
<b>Apêndice D.</b> Listagem das categorias, definições operacionais e número de fontes e referências correspondentes.....	58

## Resumo

No século XXI assiste-se a uma reformulação dos padrões familiares relativamente a novas configurações e estruturas familiares, o que denota a urgência de adotar uma lente mais ampla e inclusiva nas etapas do ciclo da vida, bem como na conceção de normalidade. Uma das configurações e estruturas familiares em ascensão são as famílias compostas por pessoas LGBTQIA+ que, caracterizadas pela diversidade, não devem ser analisadas através de lentes que compreendem a heteronormatividade, uma vez que se sabe que estas têm expectativas e desafios diferentes dos casais heteroafetivos. Assim, torna-se interessante investigar as conceções e os significados da população LGBTQIA+ acerca de conceitos como a família, casamento, coabitação, bem como as suas expectativas para a construção de família. Foi aplicada uma metodologia qualitativa através da realização de entrevistas semiestruturadas a 16 pessoas que se identificam como LGBTQIA+. Os principais resultados refletem que existe uma relação entre o construto de família e as expectativas da construção de uma vida em casal e de construção de família, ou seja, as pessoas participantes parecem procurar na pessoa parceira romântica com quem querem coabitar as mesmas características que, para estas, caracterizam uma relação familiar. Para além disso, foi possível compreender que, no geral, as pessoas LGBTQIA+ conceptualizam o casamento como a oficialização do compromisso entre as pessoas parceiras românticas, demonstrando a vontade de partilhar a vida em casal com a outra pessoa. Ademais, parece haver uma perceção de sobreposição na vivência da coabitação e na vivência marital, dado que ambas podem trazer benefícios diferentes para a relação, sendo que a coabitação demonstra um carácter de flexibilidade e reversibilidade que o casamento não traz às pessoas participantes. Em terceiro lugar, parece haver desejo e expectativas parentais em conjunto com a pessoa parceira romântica e com filhos na maioria das pessoas participantes, o que demonstra que o estigma social internalizado, apesar de sentido e vivenciado pelas pessoas participantes, não parece constituir barreiras que impeçam ou dificultem o desejo e planeamento parental nas pessoas LGBTQIA+. Ainda, são discutidas limitações, investigações futuras e os contributos desta investigação para a literatura, intervenção clínica e prevenção da discriminação contra pessoas LGBTQIA+, contrariando os padrões heteronormativos.

**Palavras-Chave:** Casamento; Coabitação; Construção de Família; LGBTQIA+; Estigma Social Internalizado.

### Abstract

As we are witnessing a reformulation of family patterns regarding new family configurations and structures, there is an urgency to adopt a broader and more inclusive perspective in the stages of the life cycle, as well challenge the conception of normality. One of the rising family configurations and structures is families composed by LGBTQIA+, characterized by diversity. It is important not to analyze these families through lenses that make heteronormativity visible, as it is known that LGBTQIA+ people have different expectations and challenges compared to couples composed by heterosexual persons. Therefore, it becomes interesting to investigate the conceptions and meanings of the LGBTQIA+ population regarding concepts such as family, marriage, cohabitation, as well as their expectations for family building. This was explored through a qualitative methodology with semi-structured interviews of 16 LGBTQIA+ individuals. The main results reflect a relationship between the construct of family and the expectations of building a life as a couple and a family. The participants seem to seek in their romantic partner with whom they want to cohabit the same characteristics that, for them, characterize a family relationship. Furthermore, it was possible to understand that, in general, LGBTQIA+ individuals conceptualize marriage as the formalization of commitment between romantic partners, demonstrating the desire to share their lives as a couple with each other. Moreover, there seems to be a perception of overlap between cohabitation and marital experiences, where both can bring different benefits to the relationship. Cohabitation demonstrates a flexible and reversible nature that marriage does not necessarily provide for the participants. Thirdly, there appears to be a desire and parental expectations in conjunction with the romantic partner and children for most of the participants. This demonstrates that despite the internalized social stigma felt and experienced by the participants, it does not seem to constitute barriers that prevent or hinder the desire and planning for the parenthood in LGBTQIA+ individuals. Limitations, future research directions and contributions to the literature, clinical intervention and prevention of discrimination against LGBTQIA+ individuals, challenging heteronormative standards are discussed.

**Keywords:** Marriage; Cohabitation; Family Construction; LGBTQIA+; Internalized Social Stigma.

## Introdução

A família é o palco onde as primeiras experiências no mundo acontecem, onde se criam as primeiras relações e emergem sentimentos de pertença, pela primeira vez (Alarcão, 2006; McGoldrick, 2014). Nesta ótica, é possível afirmar que o crescimento e desenvolvimento enquanto seres sociais e autoeficientes parte do nosso ciclo de vida familiar embebido no vasto contexto sociocultural que nos rodeia, formando a estrutura na qual se irá compreender a própria identidade e caminhar para o desenvolvimento individual (Alarcão, 2006; McGoldrick, 2014). Como tal, os problemas seriam enquadrados tendo em consideração a bagagem que carrega o percurso do passado da nossa família, as tarefas do presente que enfrenta e o futuro que aspira alcançar (Alarcão, 2006; McGoldrick, 2014). Na sociedade do século XXI, os padrões familiares estão em constante mudança relativamente a novas configurações e estruturas, o que força os investigadores a adotar uma lente mais ampla, tanto do desenvolvimento como da normalidade, visto que os modelos do ciclo vital e, principalmente, os seus marcos - nascimento, casamento, construção de família e morte - são vistos de forma diferente pelas pessoas e famílias do século XXI (McGoldrick, 2014; Walsh, 2016). Apesar de diferentes culturas terem marcos diferentes nas transições do ciclo vital, também a orientação sexual, identidade de género e a noção de família e vida adulta influenciam esses mesmos marcos (McGoldrick, 2014; Walsh, 2016).

Ao longo do último século, as conceções relacionadas com papéis de género, casamento, coabitação e construção de família têm vindo a ser modificadas pela sua nova complexidade e diversidade. Assim, tem surgido uma panóplia de formas e tipos de relações interpessoais amorosas mais abrangente e variada. Neste sentido, também as medidas de aceitação social que estão relacionadas com relacionamentos sexuais, parentalidade e reconhecimento legal e social das relações entre pessoas do mesmo género foram expandidas de forma significativa nas últimas duas décadas (Gates, 2015). Estas alterações socioculturais fazem com que seja urgente olhar atentamente para as famílias compostas por pessoas LGBTQIA+, sendo esta a única forma de compreender de forma inclusiva e enquadrada no seu contexto, o que pode ser uma família, atualmente, e como esta molda e é moldada, simultaneamente, pela sociedade (Mezey, 2015). Em comparação com casais e famílias heteronormativas, os casais e famílias formadas por pessoas do mesmo género ou minorias sexuais têm mais probabilidade de recorrer a uma variedade de métodos não tradicionais para ter filhos, como por exemplo, a adoção, gestação de substituição e técnicas reprodutivas, bem como são mais propícios a desafiar os papéis de género convencionais, no sentido de se poderem ser considerados mais fluídos e igualitários (Carrington, 1999 citado em Hopkins, Sorensen, & Taylor, 2013). Este desafio frequente aos papéis de género esperados ocorre, muitas vezes, devido às suas discussões abertas sobre

expectativas em relação ao relacionamento, à sexualidade, à monogamia e à igualdade relacional, passando pelo desafiar a noção de *status quo* do que é o casamento e o que constitui uma família saudável, afastando-se da perspectiva sobre as famílias nucleares tradicionais e monogâmicas (Bigner & Wetchler, 2012).

O estigma pode ser definido como uma consideração negativa ou um estatuto inferior que carrega uma conotação de fraqueza que a sociedade confere a pessoas que têm uma característica particular ou que pertencem a um grupo, o que significa que constitui uma construção social (Herek, 2009 citado em Frost, 2011). David Frost (2011) menciona a teoria do estigma internalizado como a atribuição de significados sociais negativos ao autoconceito, manifestando-se como homofobia internalizada a grupos minoritários sexuais (Frost & Meyer, 2009, citado em Frost, 2011). Como as pessoas ou grupos estigmatizados vivem dentro de sociedades moldadas pelo estigma construído socialmente, os significados e atribuições negativas em torno de características e/ou identidades podem ser facilmente internalizados e ligados ao autoconceito, resultando numa autodesvalorização que é perpetuada internamente (Frost, 2011). Consequentemente, o estigma pode gerar *stress*, o que impactará a sua saúde física e mental, pode desenvolver comportamentos de risco e pode influenciar negativamente o desempenho académico e/ou laboral, bem como os comportamentos relacionais (Frost, 2011). Apesar da discriminação sentida pela comunidade LGBTQIA+ pelos casais e pessoas heteroafetivas, existem cada vez mais casais do mesmo género a criar filhos, tal como as famílias heterossexuais convencionais, o que pode significar que estes tipos de famílias não divergem tanto quanto acreditam (Hopkins, Sorensen, & Taylor, 2013).

Por outro lado, a sociedade do século XXI transfere um peso emocional e relacional para a comunidade LGBTQIA+ quando percebe os seus relacionamentos como atos rebeldes, desrespeitosos ou até ameaçadores (Bigner & Wetchler, 2012). Nesta linha de pensamento, por mais longe que o caminho legal e político do casamento LGBTQIA+ consiga chegar, a mentalidade da sociedade que continua a perspetivar os relacionamentos LGBTQIA+ como desviantes, imorais e, até, patológicos é o mais difícil de mudar, o que continua a abrir espaço para a opressão e hostilidade (Bigner & Wetchler, 2012). Para além disto, é importante denotar que há falta de literatura sobre pessoas bissexuais e trans, provavelmente porque se assume, erroneamente, que a formação da identidade bissexual segue o mesmo percurso que o desenvolvimento da identidade LG, o que se pode refletir numa possível discriminação, quer da parte da sociedade em geral como da comunidade LG (McGoldrick, 2014).

Segundo McGoldrick (2014), a comunidade LGBTQIA+ pode ter descoberto um caminho repleto de ideias, valores e normas relacionais que geram um sentimento de liberdade que leva

peçoas, casais ou famílias a construir ou reconstruir estruturas relacionais que sejam mais igualitárias, flexíveis e criativas, tornando estas novas estruturas disponíveis para todas aquelas pessoas que estejam insatisfeitas com os ideais de poder e rigidez associados ao casamento convencional, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género. Neste sentido, a investigação pretende responder à seguinte questão: “Quais as conceções e significados atribuídos por pessoas e casais LGBTQIA+ relativamente ao casamento e à construção de família?”.

### **Enquadramento Teórico**

Segundo Alarcão (2006, p. 37), a família é considerada o lugar onde “nascemos, crescemos e morremos” e, por isso, é também um espaço de aprendizagem, desenvolvimento e construção de interações significativas como a linguagem, a comunicação e o estabelecimento de relações interpessoais, e, por outro lado, é onde se experienciam relações afetivas intensas, como a fraternidade, a filiação, o amor, a sexualidade, entre outras (Alarcão, 2006). Em conjunto com o desenvolvimento e surgimento de emoções, sentimentos e afetos mais agradáveis ou desagradáveis, todos estes fatores vão dar textura e forma a um sentimento de pertença e de identidade, constituindo, assim, uma importante estrutura para a vida social (Alarcão, 2006). Isto pode transmitir a ideia de que não existe nada que seja normativo ou biologicamente obrigatório sobre qualquer tipo de família, uma vez que tudo se constrói, em primeira instância, em relação com os membros da família e, em segunda instância, com base no contexto histórico e na localização geográfica em que a família se desenvolve, o que demonstra que há a necessidade de aprender mais sobre a diversidade das famílias existentes com o objetivo de ampliar as definições de família (Mezey, 2015; Walsh, 2016). Neste sentido, conceitos como a coabitação – quando pessoas parceiras românticas vivem juntas sem casarem (Stepien-Sporek & Ryznar, 2016) –, casamento e construção de família, através da ótica da comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, *Queer*, Intersexo e Assexuais +), constituem-se importantes para a compreensão da diversidade e complexidade das famílias atuais, uma vez que a investigação portuguesa não tem dado palco a esta temática, pelo que este estudo pode ajudar a colmatar esta lacuna na investigação portuguesa, dado que a maioria das investigações publicadas sobre esta temática têm origem nos Estados Unidos da América. Para além disto, uma melhor compreensão destas novas famílias poderá originar um maior bem-estar e satisfação conjugal, visto que a conjugalidade assume fatores protetores e conduz a mais comportamentos pró-saúde física e psicológica e melhor saúde mental (Narciso & Ribeiro, 2009; Walsh, 2016).

Num passado não tão distante, as minorias sexuais eram consideradas “anti-família” ou totalmente fora do quadro que conceptualizava a família, uma vez que uma pessoa LGBTQIA+ era confinada à condição de “pessoa sem família” devido às experiências de isolamento originadas pelas relações biológicas que algumas pessoas LGBTQIA+ passaram no processo de assumirem a sua orientação e/ou identidade sexual (Weston, 1991, p. 29 citado em Hull & Ortyl, 2019). Neste sentido, a pesquisa atual em ciências sociais sugere que as famílias são socialmente construídas, o que significa que os papéis e funções que os elementos da família desempenham, a estrutura familiar e as experiências dos membros nascem do contexto social, histórico, político, económico e cultural em que essas famílias existem (Mezey, 2015; Walsh, 2016). Por outro lado, através de uma lente legal, podemos definir família como as conexões por linhagem ou por laços legais, como é o caso do casamento, adoção e tutela, o que tem sido desafiado pelos relacionamentos e famílias das pessoas da comunidade LGBTQIA+ (Biblarz & Savci, 2010; Mezey, 2015).

Caminha-se para uma sociedade mais igualitária e inclusiva e, neste sentido, apostar na investigação de diferentes temáticas relacionadas com as pessoas da comunidade LGBTQIA+ pode ajudar a comunidade heteronormativa, isto é, a comunidade que mantém a heterossexualidade como lente para pensar no comportamento das pessoas como se todas as pessoas fossem heterossexuais (OPP, 2020), a compreender melhor a comunidade LGBTQIA+, bem como pode ajudar na adoção de uma abordagem, comunicação e prática social mais adaptativa e inclusiva para todas as pessoas, refletindo a diversidade de definições e estruturas familiares (Hull & Ortyl, 2019). Uma vez que as relações íntimas das pessoas da comunidade LGBTQIA+ são caracterizadas pela sua diversidade, não devem ser analisadas através de um olhar que tem base na heteronormatividade, ou seja, pelas expectativas que, geralmente, estão associadas a casais de sexo/género diferente do seu (Teixeira et al., 2021; OPP, 2022). Neste sentido, parece importante estudar os casais e as famílias compostas por pessoas LGBTQIA+ para que se possam criar expectativas e recorrer a lentes que sejam adaptadas a estas famílias.

Esta investigação terá uma análise e compreensão sob a perspetiva sistémica, ao considerar a família através de um olhar global sobre a sua estrutura familiar – conjunto de relações estabelecidas ao longo da vida familiar que caracterizam a família – e sobre o seu desenvolvimento no tempo, ou seja, é fundamental olhar para a pessoa tendo em conta o seu contexto e as suas relações (Alarcão, 2006). Nesta linha de pensamento, Gameiro e Sampaio (1985, p.11-12) definem a família como “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados”.

Desconstruindo esta definição, um sistema é caracterizado como um conjunto de objetos – pessoas pertencentes à família – e das suas relações com as suas características ou propriedades que, em conjunto, dão forma e coesão entre o sistema como um todo (Hall & Fagen, citado em Alarcão, 2006). Tendo em consideração a vida familiar, não é possível compreendê-la olhando apenas para a soma das vidas individuais que compõem a família, pelo que é necessário analisar as interações e o seu desenvolvimento como um todo, isto é, compreender e analisar o comportamento individual no seu contexto espacial e temporal, construindo um foco de análise ecossistémico (Alarcão, 2006; Walsh, 2016).

### **Conceitos base – Género, Casamento e Família**

Antes de avançar na revisão de literatura sobre esta temática, pode ser importante clarificar alguns conceitos que aparecerão ao longo desta investigação de forma frequente. Em primeira instância, clarificar a diferença entre sexo biológico – características biológicas, tais como a observação dos órgãos genitais, cromossomas sexuais ou gónadas, que têm vindo a ser utilizadas para definir e distinguir seres humanos de forma binária, ou seja, homem ou mulher – e género – sistema social composto por expectativas sociais que prescrevem gestos, comportamentos, vestuário, corporalidade, entre outros, que marcam as diferenças num sistema binário –, (Teixeira et al., 2021) o que permite entender as categorias sexuais, propostas pela *American Psychological Association*, que se referem à atração baseada no sexo da outra e não no género (APA, n.d.). Esta clarificação pode ajudar os leitores a entender como as pessoas conceptualizam a família e, conseqüentemente, a vivenciam, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género (Mezey, 2015).

Segundo Mezey (2015), as famílias compostas por pessoas LGBT são compostas por duas ou mais pessoas relacionadas por lei ou pelo relacionamento íntimo e afetivo que compartilham, que podem ou não residir juntas e em que, pelo menos um dos elementos familiares, se identifica como LGBTQIA+. Estas famílias começaram a surgir a partir de quatro fatores primordiais da luta da comunidade LGBTQIA+, sendo eles o movimento de libertação gay, o movimento pelos direitos da mulher, a epidemia VIH (Vírus da Imunodeficiência Humana) e o desenvolvimento das tecnologias reprodutivas alternativas (Mezey, 2015). Este tipo de movimentos foram fundamentais para o alcance de uma identidade de grupo da comunidade LGBTQIA+ e do percurso para uma autoimagem positiva e, principalmente, para lutar contra a discriminação (D’Emilia, 1998 citado em Mezey, 2015). É importante referir que a luta pelo empoderamento das pessoas bissexuais – pessoas que se sentem atraídas afetiva e/ou sexualmente por pessoas identificadas com o mesmo e com diferentes géneros (Burlison, 2005; Seidman, 2009 citado em

Mezey, 2015; Teixeira et. al., 2021) – e trans – termo guarda-chuva que denomina pessoas com identidades e/ou expressões de género que diferem ou não se enquadram, inteiramente, com o género que lhes foi atribuído socialmente ao sexo definido à nascença, podendo estas ser binárias ou não binárias (APA, 2015; Teixeira et. al., 2021) – foi organizada separadamente, após o início do século XX, uma vez que, anteriormente, a bissexualidade era vista como um engano ou como um conceito que não era real e, por isso, tanto as pessoas heterossexuais como homossexuais não consideravam a bissexualidade como uma luta comum (Mezey, 2015). A “Escala Kinsey” – *continuum* de desejo sexual entre “exclusivamente heterossexual” a “exclusivamente homossexual” – consistiu numa porta em que, a partir dela, as pessoas bissexuais começaram a entender melhor os seus próprios desejos sexuais e a ganhar compreensão sobre a sua identidade através da consciencialização e da criação de organizações que pretendiam ajudar a construir uma identidade de grupo e lutar pelos direitos desta comunidade (Dworkin, 2000; Stryker, 2008 citado em Mezey, 2015).

## **Conjugalidade e casamento**

### *Visão geral*

O casamento parece ser considerado o patamar mais elevado de cooperação humana, sendo suportado por um contrato conjugal que medeia a cooperação conjugal à luz de normas culturalmente traçadas. Desta forma, pode-se dizer que o casamento consiste numa instituição socialmente construída que pode ser vista como o marco ritualizado do início da formação de uma família (Weeks, Heaphy, & Donovan, 2001, citado em Mezey, 2015). Para além disso, ser algo socialmente construído coaduna com a idealização que, desde cedo, se cria acerca da idade com que se casa, do quão importante é o casamento para a relação conjugal e para a formação de família e de como a sua conceção se diferencia entre as diferentes partes do mundo (Coontz, 2005; Cott, 2002; Mintz & Kellogg, 1988; Yalom, 2002, citado em Mezey, 2015). Para além disso, é possível compreender que o casamento, enquanto instituição social, foi sendo modificado, tendo em conta a sua composição, significado e função para o subsistema conjugal e parental, dependendo do contexto social, cultural e político que o envolve num determinado marco temporal (Mezey, 2015). Neste sentido, e tendo o casamento um papel importante na família e nas redes de afinidade, este parece mediar a construção de família e consequente criação de filhos, a junção económica e a partilha e divisão de tarefas domésticas e de responsabilidade parental, bem como ajuda a estabelecer relações de cooperação entre diferentes famílias e grupos sociais e, essencialmente, partilhar a vida com a pessoa parceira romântica (Coontz, 2005, citado em Mezey, 2015; Ross, 1995, citado em Narciso & Ribeiro, 2009).

Neste sentido, existem diversos estudos que sugerem que a conjugalidade pode ser uma das fontes de bem-estar individual e relacional, uma vez que um casamento feliz pode ter uma potencial função protetora, dado que a ligação afetiva criada com o ente significativo e a consequente relação construída podem ser ricas em apoio emocional e psicológico, aumentando a autoestima e autoconfiança e oferecendo um porto seguro e eficaz para lidar com situações de *stress* (Narciso & Ribeiro, 2009). Nesta lente, diversos estudos demonstraram que inerente ao ser humano está o desenvolvimento de relações de proximidade que podem contribuir para uma maior sensação de bem-estar geral, quando satisfeitas as suas necessidades afetivas e de intimidade emocional e sexual (Kiecolt-Glaser, 2001 citado em Narciso & Ribeiro 2009; Kansky, 2018).

De acordo com a perspectiva histórica, mais especificamente durante o século XIX, as uniões matrimoniais demonstravam o interesse dos progenitores em casar os seus primogénitos com base na estabilidade económica do cônjuge e interesses sociais preconceitos étnico-raciais, sem ouvir o desejo dos cônjuges (Costa, 1983, citado em Scorsolini-Comin, Alves-Silva & Santos, 2019), principalmente o das mulheres (Jackson, 2012). Nesta época, as mulheres faziam parte da sociedade aquando do seu casamento, sendo os homens os principais portadores de razão e qualidades essenciais às pessoas (Jackson, 2012). Na transição do século XIX para o século XX e com a expansão do capitalismo, o casamento deixou de estar relacionado com a transmissão de bens, eficácia de negócios entre famílias e inserção das mulheres na sociedade, passando a atender aos novos hábitos e vontades relacionados com os padrões de relações interpessoais, i.e., havendo envolvimento afetivo e romântico entre os cônjuges (Del Priore, 2006 citado em Scorsolini-Comin, Alves-Silva & Santos, 2019).

Atualmente, estamos perante uma desconstrução e ressignificação dos construtos casamento e família, sendo que não parece existir um padrão ou modelo único que se sobreponha, uma vez que a família pode ter diversas configurações (McGoldrick, 1999; Vaitsman, 1994 citado em Scorsolini-Comin, Alves-Silva & Santos, 2019). Neste sentido, não parece haver nenhuma componente fixa, orgânica e universal relacionada com a estrutura, funções e objetivos do casamento, sendo que as suas principais funções, tais como a construção de família e o compromisso, podem ser adquiridas sem o casamento, o que faz questionar a sua importância para as pessoas do século XXI (Mezey, 2015).

#### *Visão sistémica e da psicologia da família*

Sendo a conjugalidade e a família sistemas em constante mudança, a reformulação das experiências íntimas e individuais das pessoas parceiras românticas acontece com base nas

influências familiares e sociais que cercam o casal e que fazem questionar os padrões relacionais e estruturas que, até ao momento, eram considerados sólidos e fixos, de uma forma contínua e orgânica na sociedade (Narciso & Ribeiro, 2009; Scorsolini-Comin, Alves-Silva & Santos, 2019). Para além disso, cada família e casal percorre um caminho temporal universal, denominado de ciclo da vida familiar, marcado por um conjunto de adaptações e acontecimentos que variam no tempo e espaço de cada pessoa, e induzem mudança e exigem ajustes ao sistema familiar. Desta forma, ocorre o desenvolvimento familiar com base nas interações que ocorrem entre os seus diferentes elementos na continuidade do espaço temporal, sendo que os membros familiares estão em diferentes fases de desenvolvimento, com diferentes experiências e significações atribuídas ao passado, presente e futuro (Narciso & Ribeiro, 2009), sendo que é com base nas representações transmitidas pela família de origem que a pessoa transforma e cria o seu próprio modelo de vida pessoal, conjugal e familiar que será renegociado aquando da formação do casal face à pessoa parceira romântica que também é portadora de experiências e representações familiares (Alarcão, 2006, McGoldrick, 1982, Relvas, 1996, Ribeiro, 1991 citado em Narciso & Ribeiro 2009). É através desta articulação de laços e de representações que se exponencia o cruzamento de diferentes transmissões familiares através das diferentes gerações (Alarcão, 2006; Narciso & Ribeiro 2009).

Para além disto, existem acontecimentos de vida normativos e não normativos que impactam de forma diferente os membros do casal e, conseqüentemente, da família, tendo em conta a idade, geração e características pessoais que podem levar a situações de *stress* ou originar uma crise familiar que exige reorganização pessoal e relacional (Alarcão, 2006; Carter e McGoldrick, 1989 citado em Narciso & Ribeiro 2009). Esta reorganização depende da influência das capacidades pessoais de cada elemento, do apoio da rede relacional e dos contextos de vida em que cada um está inserido, tais como a família e o trabalho (Alarcão, 2006; Narciso & Ribeiro, 2009).

O princípio base é que todos os elementos do sistema se interligam e, portanto, os processos relacionais são resultado do funcionamento do sistema no seu todo e não no efeito do comportamento de um membro do casal, sendo necessária uma análise multigeracional para compreender determinadas situações (Narciso & Ribeiro, 2009). Ainda, cada cônjuge traz consigo uma história pessoal e familiar que influencia o casamento e é resultado de um novo sistema familiar por influência mútua. Assim, nasce a história do casal e da nova família que entre mudanças e adaptações inerentes ao desenvolvimento pessoal e familiar, oferece uma identidade que requer manutenção do amor e afeto no casal através da descoberta, comunicação e construção de demonstrações de amor e sentir-se amado que acompanhe a evolução individual de cada cônjuge ao longo do tempo (Narciso & Ribeiro, 2009).

## **Conjugalidade e casamento LGBTQIA+**

### *O Movimento LGBTQIA+ na sociedade ocidental*

Vitórias e desafios como o casamento entre pessoas do mesmo sexo/género, leis de proteção contra a discriminação de pessoas LGBT apenas conseguiram ser alcançados devido aos esforços transnacionais de defesa da comunidade LGBTQIA+ desde meados do século XIX. Apesar do progresso em prol da igualdade tenha sido notório em diversas nações, ainda existem vários países onde as pessoas LGBTQIA+ são discriminadas e reprimidas, por isso, torna-se relevante continuar a caminhar para tornar os direitos LGBT também direitos humanos universais (Belmonte, 2020; Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+, ODP LGBTI+, 2019).

Foi devido ao movimento de libertação gay, ao movimento pelos direitos das mulheres, a epidemia do VIH e o desenvolvimento das tecnologias de reprodução assistidas que juntaram as suas forças e recursos para potencializar o desenvolvimento de identidades, comunidades, casais e famílias compostas por pessoas LGBT (Mezey, 2015). O Movimento de Libertação Gay considerou-se útil ao ajudar pessoas com diferentes orientações sexuais – gay, lésbica e bissexual –, a desenvolver uma autoimagem positiva e um sentimento de pertença e identidade de grupo, inicialmente, através da criação de organizações, isto é, a *Mattachine Society*, fundada para homens homossexuais, e as Filhas de Bilitis, para mulheres homossexuais, com o objetivo de conectar pessoas homossexuais e lutar contra a discriminação percebida (Mezey, 2015).

Até ao início do século XX, a categoria sexual “bissexual” ainda não era identificada, uma vez que havia a conotação associada de que este conceito não existia, sendo considerada um “autoengano” ou fase de transição por heterossexuais e homossexuais – lésbicas e gays –, e por isso, excluía as pessoas bissexuais (Dworking, 2000 citado em Mezey, 2015). Quando as pessoas bissexuais e trans começaram a aceitar e entender os seus próprios desejos sexuais, criaram organizações para construir uma identidade de grupo e lutar pelos seus direitos através de grupos como a Liga da Liberdade Sexual e o *National Sex Forum*, no caso das pessoas bissexuais, e a *Foundation for Personality Expression* (FPE), para pessoa trans (Dworkin, 2000; Stryker, 2008 citado em Mezey, 2015). Baseando-se em estratégias do Dr. Martin Luther King Jr e em grupos para a igualdade racial, as pessoas LGBT começaram a organizar os seus próprios protestos (D'Emilio, 1983, 2007; Stryker, 2008 citado em Mezey, 2015). O sentimento de orgulho que as pessoas LGBT desenvolveram nesta caminhada transformou-se no Movimento de Libertação Gay (Mezey, 2015).

Simultaneamente ao crescimento do Movimento de Libertação Gay, também os primeiros grupos feministas ganhavam força para lutar pelos direitos das mulheres. Foi crescer do desenvolvimento de uma consciência feminista que as mulheres começaram a interagir mais com outras mulheres, abrindo espaço à exploração de relações lésbicas ao encorajarem as mulheres a assumirem o controlo do seu corpo e a experimentarem livremente a vida sexual. No Movimento pelos Direitos das Mulheres, também houve lugar para desafiar e criticar a família nuclear – composta por um homem, uma mulher e filhe(s) – argumentando que o trabalho doméstico, a maternidade e o serviço aos maridos oprimiam as mulheres e limitavam-nas ao trabalho remunerado e ao ensino superior (Allen, 1983; D'Emilio, 2007; Firestone, 1970 citado em Mezey, 2015). Neste sentido, as mulheres desenvolveram uma perspetiva feminista de contemplar as relações de género, bem como a sexualidade, isto é, as relações sexuais deixaram de ter apenas o propósito da procriação para ser consideradas com o propósito de gerar prazer (Mezey, 2015).

Entre as décadas de 1970 e 1980, as pessoas bissexuais e trans consideravam o Movimento de Libertação Gay e o Movimento de Libertação das Mulheres como espaços hostis, uma vez que havia feministas que não consideravam as mulheres trans como mulheres “reais” e, por isso, impediam a sua entrada em eventos e espaços exclusivos a mulheres (Stryker, 2008 citado em Mezey, 2015). Do mesmo modo, algumas organizações de lésbicas e gays, aquando da organização de eventos de orgulho gay, opuseram-se às *drags queens* – pessoa que realiza uma performance de género social e histórico associado a mulheres (Teixeira et. al., 2021) – e proibiram a participação de pessoas trans e, por vezes, de pessoas bissexuais (Stryker, 2008 citado em Mezey, 2015). Neste sentido, as pessoas bissexuais criaram as suas organizações, como por exemplo o *Bi Center* e o *San Francisco Sexual Information* (SFSI) e começaram a formar as suas comunidades e os seus próprios sentidos de identidade e pertença (Dworkin, 2000; Stryker, 2008 citado em Mezey, 2015).

Na década de 1980, enquanto as pessoas LGBT começaram a desenvolver uma identidade cada vez mais fortificada, embora diferenciadas pela etnia, classe social e divisões de género, surge um novo desafio, a epidemia VIH (Stryker 2008 citado em Mezey, 2015). Esta desafio impactou o desenvolvimento das famílias compostas por pessoas LGBT, no sentido em que uniu as comunidades sexuais e de género que se encontravam separadas, passando a existir organizações que apoiavam e respondiam a questões relacionadas com a homossexualidade e a bissexualidade, que incluíam pessoas trans e as suas causas (Stryker, 2008 citado em Mezey, 2015).

Por outro lado, a epidemia evidenciou o desinteresse que a sociedade sentia em relação às relações LGBT, conduzindo a um aumento da homofobia e a bifobia durante este período (Dworkin, 2000; Highleyman, 2001, D'Emilio, 2007, citado em Mezey, 2015). Neste sentido, existem evidências que indicam que, nesta década, pessoas com relações homoafetivas puderam adotar crianças de forma a neutralizar as mortes por VIH na comunidade LGBT e, também, para cuidar de crianças com VIH (Lewin, 1993; Mallon, 2011; Moraga, 1997; Weston, 1991, Mallom, 2011 citado em Mezey, 2015). Também durante as décadas de 1980 e 1990 houve um aumento no uso e acesso às tecnologias de reprodução assistida, alternativas à gravidez (Stacey, 1998 citado em Mezey, 2015), constituindo num fator histórico no desenvolvimento das famílias compostas por pessoas LGBT (Mezey, 2015).

### *O caminho legal e político em Portugal*

Nas últimas décadas, a aceitação social de pessoas LGBTQIA+ e a luta pelos direitos humanos tem sido uma constante (Loftus, 2001; Flores, 2014 citado em Hull & Ortyl, 2019; Santos, 2004), mais especificamente, a diminuição das barreiras ao reconhecimento legal da relação marital e o acesso à paternidade na comunidade LGBTQIA+ (Moore & Stambolis-Ruhstorfer, 2013 citado em Hull & Ortyl, 2019).

Em Portugal, foi em março de 2001 que se deu o reconhecimento legal das uniões de facto entre pessoas homossexuais, o que encaminhou a legislação portuguesa para a necessidade de alargar as barreiras da privacidade à diversidade pública e democratizar o espaço doméstico, incluindo as variadas configurações familiares (Santos, 2004). Mais tarde, em janeiro de 2010, a Assembleia da República Portuguesa aprovou o acesso ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, excluindo a adoção e as técnicas de reprodução assistida deste debate (Constituição da República, 2010). Desta forma, em 2010 Portugal conseguiu dar o principal passo para a igualdade matrimonial, passando o casamento a consistir num contrato firmado entre duas pessoas que pretendem constituir uma família (Constituição da República, 2010). Ademais, em 2016 a Constituição portuguesa eliminou legalmente as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares (Constituição da República, 2016).

Acompanhando esta evolução da legislação portuguesa na proteção legal e dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, foi em fevereiro de 2014 que a Europa se constituiu numa região livre de leis que criminalizam a conduta homoafetiva, ou seja, passando a uma situação de igualdade legal – igualdade na proteção das pessoas LGBTQIA+ na política e na legislação – na Europa (Rosky, 2016 citado em Maurício, 2018). Ademais, em setembro de 2019, a lei que constitui as bases para a habitação estabelece que todos têm direito à habitação para si e para a

sua família, independentemente da sua etnia, sexo, língua materna, nacionalidade, religião, orientação sexual, idade ou condição de saúde (Constituição da República, 2019).

#### *A especificidade - discriminação*

Apesar da igualdade legal alcançada, pode-se sugerir que existe uma igualdade de facto ou vivenciada – igualdade alcançada com base nas referências à igualdade proveniente da igualdade legal e das experiências reais das pessoas LGBTQIA+ na sociedade – não se encontra inteiramente alcançada (Rosky, 2016 citado em Maurício, 2018). Apesar das proteções legais já existentes, a proteção real das pessoas LGBTQIA+ só pode ser verificada se a restante população civil o demonstrar, i.e., se respeitar e aplicar as regras e leis que têm como finalidade a igualdade e proteção dos direitos humanos e das oportunidades das pessoas LGBTQIA+ (Maurício, 2018). Desta forma, a igualdade formal, ou seja, descrita na legislação, não parece assegurar os recursos e a diminuição da discriminação sentida pelas pessoas LGBTQIA+ (Rosky, 2016 citado em Maurício, 2018), apesar de condicionar os comportamentos da população. O alcance da igualdade sentida passa pela reforma social que depende das organizações, das pessoas e do contexto, tais como a educação, justiça, saúde e família, o que constitui o próximo passo do movimento LGBTQIA+ (Maurício, 2018).

Relativamente à discriminação percebida, o Decreto-Lei n.º 48/95, presente no Diário da República n.º 63/1995, Série I-A de 1995-03-15, demonstra que quem:

*(...) fundar ou constituir organização ou desenvolver atividades de propaganda organizada que incitem à discriminação, ao ódio ou à violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua (...), orientação sexual, identidade de género (...) ou que a encorajem; ou b) Participar na organização ou nas atividades referidas na alínea anterior ou lhes prestar assistência, incluindo o seu financiamento; é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.*

Apesar disso, a discriminação com base na orientação sexual, identidade ou expressão de género e singularidades sexuais continua a acontecer em Portugal e, através do Relatório Anual de 2019 da Associação ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo) sobre a Discriminação contra pessoas LGBTQIA+ consegue-se conhecer os detalhes demográficos e contextuais das situações de discriminação e, conseqüentemente, alertar as entidades públicas e privadas, equipas de apoio, locais de trabalho e a população em geral para as conseqüências do preconceito (ODP LGBTI+, 2019). O Relatório Anual de 2019 da Associação ILGA transparece informações demográficas sobre as vítimas de discriminação ao nível do género e reflete que as vítimas se identificam ou são identificadas como homens são as que apresentam mais casos denunciados nesta plataforma (43,98%), seguindo-se as mulheres (15,06%). Em relação à

orientação sexual, existe um destaque para as vítimas que se identificaram ou foram identificadas de gay (36,75%), seguida de heterossexual (12,05%), lésbica (11,45%) e bissexual (10,24%) (ODP LGBTI+, 2019). Em relação ao contexto em que a situação de discriminação ou ato de violência ocorre, o espaço público foi o contexto referido em maior abundância (15,53%) e, em seguida, o espaço doméstico (13,66%) e a escola (13,04%) (ODP LGBTI+, 2019).

Neste sentido, são diversos os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+, bem como as estratégias de *coping* e resiliência necessários para passar pelos mesmos, o que reflete a vivência de *stress* minoritário – *stressores* específicos e permanentes enfrentados por pessoas posicionadas, socialmente, num estatuto inferior face ao padrão tradicional referente à cisheteronormatividade e caucasiano como as comunidades étnicas e a comunidade LGBTQIA+ (Frost, 2011; Meyer, 2003; Meyer et al., 2008). O estudo do *stress* minoritário tem como objetivo perceber a continuidade temporal dos *stressores* específicos e como estes impactam negativamente a saúde mental das comunidades minoritárias, em comparação com a população geral (Meyer, 2003; Meyer et al., 2008; Testa et. al, 2015). Neste sentido, surge um modelo integrativo que reúne os fatores de *stress* e de resiliência – oportunidades de crescimento individual e empoderamento neste contexto *stressante* – inerentes à experiência de estigma social minoritário (Frost, 2011; Meyer, 2003; Meyer et al., 2008). As estratégias de *coping* destacadas têm sido ter uma rede comunitária e apoio familiar para desenvolver um sentimento de orgulho de identidade e de comunidade (Testa et al., 2015).

## **As novas realidades da conjugalidade**

### *Evolução do conceito de casamento*

Na maioria das culturas e religiões, o casamento tem constituído numa das bases fundamentais da vida adulta (Gassen, 2023). O Direito de Família, especialmente relativamente ao casamento, união de facto e outras entidades familiares, tem-se apresentado em constante mudança, no sentido de corresponder às necessidades das pessoas, dos casais e das famílias do século XXI (Melo, 2023). Neste sentido, há alguns anos que se assiste à secularização do casamento, que pareceu advir da incessante procura pela reinvenção do mundo e da sociedade civil, tendo em conta as suas vontades e ideais (Igboechesi & Kanu, 2023). Com o passar das últimas duas décadas, não só se pôde assistir a um declínio das taxas de casamento e a uma ressignificação do casamento, sendo que este não só deixou de consistir na base de união de uma parceria doméstica íntima como também deixou de ser o principal contexto para a criação de filhos (Martin et. al, 2015 citado em Igboechesi & Kanu, 2023). Neste sentido, segundo Igboechesi e Kanu (2023), a coabitação parece surgir como uma experiência significativa para

as relações conjugais dos atuais jovens adultos, começando a substituir o casamento como primeira experiência de união conjugal.

Entretanto, algumas teorias começaram a surgir desde a década de 1980 no sentido de compreender as mudanças na formação e composição familiar dos tempos modernos (Lesthaeghe, 2014; Zaidi e Morgan, 2017 citado em Cruz, 2023). Neste sentido, emerge a Teoria da Transição Geográfica que afirma que há uma emergente desconexão entre o casamento e a procriação devido à alteração dos valores para uma base individualista. Por outro lado, esta teoria também sugere que as pessoas que frequentam ou frequentaram o ensino superior começaram a implementar estas mudanças por estarem mais predispostos a rejeitar as instituições tradicionais e a exigir relações igualitárias entre géneros, apoiado pelo constante processo de individualização (Lesthaeghe e van de Kaa, 1986; Lesthaeghe, 1994; Lesthaeghe e Neels, 2002 citado em Cruz, 2023).

Estes processos de individualização parecem ter mudado a forma como as pessoas perspetivam os benefícios ao procurar iniciar e manter relações amorosas, sendo estes intimidade, crescimento pessoal e igualitarismo (Giddens, 1992 citado em Hiekel & Wagner, 2020). Neste sentido, a importância atribuída às instituições e normas sociais relacionadas com os casais, tal como o casamento, parece ter diminuído para que a estabilidade da união esteja de mãos dadas com o compromisso individual e para que cada pessoa parceira se envolva em relacionamentos íntimos que proporcionem o ajustamento da relação que, conseqüentemente, promove a satisfação de ambas as pessoas parceiras (Burgess e Cottrel, 1936; Vagner, 2016 citado em Hiekel & Wagner, 2020).

### *A coabitação*

A coabitação é, frequentemente, uma fase da relação conjugal em que os casais, ao evitar o compromisso do casamento, testam a viabilidade e o funcionamento da relação conjugal e da pessoa parceira romântica como potencial cônjuge, sendo, por isso, uma etapa reversível (Perelli-Harris et al., 2010 citado em Hiekel & Wagner, 2020). Por outro lado, a coabitação sem plano futuro de casamento, segundo as diversas religiões e culturas, tem sido vista como a forma menos desejada de união conjugal (Gassen, 2023) e, por isso, estigmatizada socialmente ou até proibida legalmente (Kok and Leinarte, 2015, Lesthaeghe, 2020a citado em Gassen, 2023). Atualmente, a coabitação tem vindo a ser largamente aceite a nível social e praticada na vida dos casais (Gessen, 2023). Assim, parece que os casais que coabitam sem casamento procuram benefícios e objetivos diferentes na relação romântica, com base em valores e ideais individualistas e progressistas (Thomas e Colella, 1992, Liefbroer e Dourleijn, 2006 citado em Hiekel & Wagner,

2020). Estes valores implicam um desprendimento das instituições tradicionais, como o casamento, e das normas sociais rígidas, passando a priorizar a autorrevelação, a intimidade, o amor nas relações e a proximidade emocional das pessoas parceiras (Giddens, 1992 citado em Hiekel & Wagner, 2020). Neste sentido, também se pode assistir a uma valorização da autonomia nas relações românticas, bem como do respeito mútuo, necessidade de expressão individual e satisfação dos interesses e necessidades de cada pessoa (Hiekel & Wagner, 2020). Por último, também a comunicação nestas relações foi perspeticada de maneira diferente, baseando-se no igualitarismo, ou seja, o casal toma as decisões em conjunto com base na livre expressão de opiniões (Beck e BeckGernsheim, 1990, Giddens, 1992, Bauman, 2003, Cherlin, 2004 citado em Hiekel & Wagner, 2020).

Desta forma, surgiram estudos com o objetivo de compreender as diferenças entre o casamento e a coabitação que demonstraram que o casamento parece estar ligado a uma maior sensação de compromisso e a um horizonte longo de duração da relação com sustentação de um contrato legal (Cherlin, 2004; Perelli-Harris et al., 2014 citado em Hiekel & Wagner, 2020). Não obstante, outros estudos suportam a ideia de que os casais que coabitam sem casamento inclinam-se a manter vidas conjugais mais separadas e organizadas em torno da igualdade, em comparação com pessoas casadas (Brines & Joyner, 1999, citado em Hiekel & Wagner, 2020). Segundo a literatura, parece haver uma ligação direta entre casamento e a criação de filhos, sendo que os casais que coabitam sem casamento parecem ter menos probabilidade de planejar e criar filhos (Kiernan, 2001; Hiekel e Castro-Martí'n, 2014 citado em Hiekel & Wagner, 2020), ou de comprar uma habitação em conjunto (Poortman e Mills, 2012; Thomas e Mulder, 2016 citado em Hiekel & Wagner, 2020), transmitindo a ideia de que um futuro juntos é mais incerto em comparação com os casais casados (Hiekel & Wagner, 2020). Em contrapartida, parece que princípios como a autorrevelação, a apreciação daquilo que é único na outra pessoa, as suas qualidades, necessidade de espaço para desenvolvimento individual e igualdade são mais difíceis de alcançar no casamento (Cherlin, 2004 citado em Hiekel & Wagner, 2020). Adicionalmente, segundo Hart, Lyngstad e Vinberg (2017, citado em Hiekel & Wagner, 2020), as tarefas parentais associadas à criação de filhos parecem ser uma fonte de limitação das capacidades individuais para investir nas competências socioemocionais da relação, diminuir a oportunidade de se sentir e agir de forma determinada e igualitária.

#### *Vivência da parentalidade nas famílias compostas por pessoas LGBTQIA+*

Quando um casal decide juntar-se e iniciar uma vida conjunta passa pela fase do acasalamento, onde se consolida a união das pessoas parceiras românticas para formar um

subsistema comprometido, fundir as respectivas famílias e realinhar as suas relações com as famílias de origem, família escolhida e pessoas amigas (McGoldrick et. al, 2014). As principais tarefas desta etapa são fortalecer os laços íntimos e afetivos entre o casal, construir uma vida partilhada e objetivos comuns, como a construção de família com ou sem filhos, apoiar objetivos individuais e formalizar a relação amorosa, e neste sentido, pode também constituir no momento de declaração da sexualidade à família de origem, escolhida e pessoas amigas (McGoldrick et. al, 2014).

A decisão das pessoas LGBTQIA+ de se tornarem pais ou permanecerem sem filhos é moldada por fatores pessoais – desejo de criar filhos, estigma social internalizado e processo de revelar a identidade de género e/ou sexual, estabilidade e conforto financeiro –, redes de apoio, como falta de acesso a profissionais de saúde, estado laboral e relação amorosa com a pessoa parceira que, conseqüentemente, são moldados pela etnia, identidade de género e orientação sexual (Goldberg, 2012, Goldberg & Gianino, 2012 citado em Mezey, 2015). Sabe-se que, na maior parte dos casos, se pessoas lésbicas ou gays quiserem construir família, têm um esforço acrescido de não o poderem fazer na sua intimidade e terem de fazê-lo através de consultas médicas ou processos de adoção (Mezey, 2015). Nestes casos, só a vontade de construir família não é suficiente à decisão parental, uma vez que existem inúmeros entraves psicológicos, sociais e económicos que podem dificultar ou até impedir que este desejo se realize (Mezey, 2015). Quando tomada a decisão de serem pais, existem alguns caminhos que podem escolher para atingir esse objetivo, tais como relações sexuais cisheterossexuais, caso se aplique, processo de adoção ou *fostering*, inseminação artificial ou gestação de substituição (Mezey, 2015).

A vivência da parentalidade nas pessoas LGBTQIA+ assemelha-se à experiência de pais ou cuidadores cisheterossexuais, na medida em que têm de cuidar, educar e oferecer as condições básicas es filhos, bem como têm de acordar sobre a educação, localização geográfica e responsabilidades parentais (Mezey, 2015). Relativamente ao que diferencia a experiência da parentalidade das pessoas LGBTQIA+ em comparação com a população cisheterossexual, a principal barreira é o heterossexismo e o estigma social internalizado (Mezey, 2015). Para além disso, nas famílias compostas por pessoas LGBTQIA+, também é comum haver famílias compostas por pessoas de etnias diferentes, uma vez que a maioria dos pais LGBTQIA+ que adotam são de origem caucasiana e muitas crianças adotadas não o são e, por isso, um dos desafios da parentalidade LGBTQIA+ é ajudar es filhos a preservar a sua identidade étnica e combater a discriminação racial (Ausbrooks & Russell, 2011, Goldberg, 2010 citado em Mezey, 2015).

Nas suas estratégias parentais, os pais LGBTQIA+ tendem a criar espaços de comunicação aberta para discutir questões de identidade de género, papéis de género, sexualidade e aceitação de qualquer individualidade do ser humano, o que também pode ajudar os filhos a discutir abertamente sobre temas pessoais do teor da sexualidade com os pais e a lidar com potenciais experiências de *stress* minoritário como o *bullying* (Mezey, 2015).

Apesar dos desafios enfrentados pelas famílias compostas por pessoas LGBTQIA+, a maioria dos pais e pessoas cuidadoras sentem que os filhos beneficiam por crescerem nestas famílias, o que é sustentado por alguns estudos que demonstram que os filhos aprendem a ser mais tolerantes e aceitantes com as outras pessoas e a apreciar a diversidade (Mezey, 2015). Ademais, como estas famílias se baseiam em valores igualitários e não-binários na divisão de tarefas domésticas e responsabilidades parentais, as crianças beneficiam ao verem a funcionalidade destas famílias e os valores que nela se baseiam (Goldberg, 2010 citado em Mezey, 2015).

## Método

### Enquadramento e Posicionamento Metodológico

A presente investigação foi desenvolvida com base num paradigma construtivista, que descreve a realidade como uma construção mental multiforme e intangível, baseada na experiência e no contexto social, no qual o seu significado é local e específico, mas também partilhado entre pessoas e culturas e, como tal, torna-se dependente das pessoas e da cultura que a construíram (Guba & Lincoln, 1994). Para além disto, trata-se de um estudo exploratório, uma vez que o seu objetivo passa pela compreensão ampla e sistemática com o propósito de descrever e compreender as conceções e significados de uma população específica, neste caso, da comunidade LGBTQIA+ (Stebbins, 2011). Este tipo de estudo procura factos descritivos, conceitos, aspetos culturais, processos sociais e sistemas de crenças fulcrais para a investigação (Stebbins, 2011).

Como o objetivo deste estudo prende-se em compreender as conceções e significados atribuídos ao casamento, coabitação e construção de família na população portuguesa, esta investigação terá um carácter qualitativo, uma vez que este tipo de metodologia permite conhecer as narrativas idiossincráticas das pessoas de forma sensível, bem como explorar as crenças, experiências, atitudes e interações das pessoas, dando voz às pessoas participantes (Pathak, Jena & Karla, 2013).

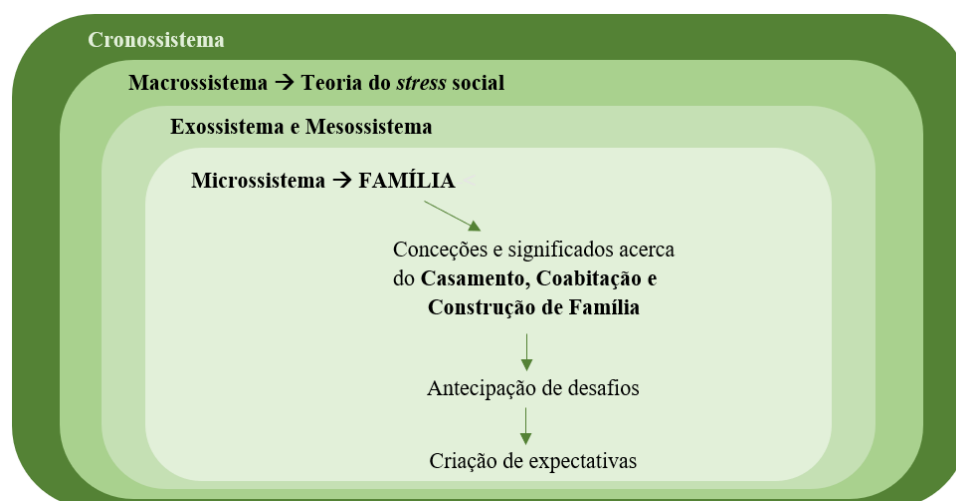
## Questões de Investigação, objetivos e mapa conceptual

A presente investigação é orientada pela seguinte questão de partida: *Quais as conceções e significados atribuídos, por pessoas da comunidade LGBTQIA+, relativamente ao casamento, coabitação e construção de família?* De forma a obter uma resposta e compreensão alargada e rica desta temática, foram estruturadas as seguintes questões de investigação: (1) Qual o significado atribuído à família e qual o papel que esta desempenha na conceção e significado atribuído ao casamento, coabitação e construção de família; (2) Qual o papel de uma rede social fortificada na conceção e significado atribuído ao casamento, coabitação e construção de família?; (3) Qual o papel da estigma interiorizado na forma como perspetivam os conceitos de casamento, coabitação e construção de família? (4) Que expectativas são antecipadas relativamente ao casamento, coabitação e construção de família? (5) Em função das expectativas, que desafios enfrenta ao operacionalizar o casamento, coabitação e construção de família? (6) De que forma as pessoas lidam ou pretendem lidar com estes mesmos desafios?

Ao abrigo destas questões, é esperado alcançar determinados objetivos como (1) explorar as conceções e significados patentes nos conceitos de casamento, a coabitação e a construção de família em pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+; (2) compreender o papel do estigma interiorizado nas conceções sobre o casamento, a coabitação e a construção de família na comunidade LGBTQIA+; (3) perceber que expectativas e desafios enfrentam e a forma como lidam com os mesmos; (4) colmatar a falta de informação, em Portugal, com conhecimento sobre as famílias formadas por casais do mesmo sexo/género. A procura por dar resposta a estas questões e objetivos foi guiada por um mapa conceptual (Figura 1), ou seja, uma ferramenta dinâmica que oferece uma perspetiva holística e visual das relações significativas entre os conceitos explorados (Novak & Gowin, 1984; Ravich & Carl, 2021).

### Figura 1

*Mapa conceptual dos construtos da investigação*



## **Participantes**

Para participar neste estudo, foram contemplados critérios de inclusão como a pertença à comunidade LGBTQIA+, ter idade igual ou superior a 18 anos, falar fluentemente a língua portuguesa e residir em Portugal.

A amostra englobou 16 pessoas participantes que cumpriram os critérios de elegibilidade supracitados, sendo que a totalidade da amostra tinha nacionalidade portuguesa e idades compreendidas entre 18 e 59 anos ( $M = 24.50$ ,  $DP = 9.99$ ). No que concerne à identidade de género, cinco pessoas participantes identificam-se como homens e 11 pessoas participantes identificaram-se como mulheres. Em relação à orientação sexual, 10 pessoas são bissexuais, cinco homossexuais e uma pansexual. Relativamente à religiosidade, sete pessoas referiram ser agnósticos, seis pessoas referiram ser crentes católicos, uma pessoa referiu ser politeísta e duas preferiram não dizer. Em termos de estado de relacionamento, oito pessoas estavam solteiras, cinco pessoas estavam a namorar, duas estavam a coabitar e uma estava casada.

## **Instrumentos**

### *Questionário Sociodemográfico*

O primeiro instrumento aplicado foi um questionário sociodemográfico (Apêndice A) de autopreenchimento com o objetivo de recolher dados sociodemográficos relevantes e necessários à realização da investigação e à caracterização da amostra, assim como garantir que as pessoas participantes cumpriam os requisitos necessários à participação na investigação. Neste questionário foram recolhidas as seguintes informações, através de questões de resposta aberta e fechada: idade, género, identidade de género, orientação sexual, nacionalidade, religiosidade, situação relacional atual, duração de relação, coabitação e casamento, se aplicável, e filiação.

### *Guião da Entrevista Semiestruturada*

Para aceder às narrativas das pessoas participantes em relação aos significados atribuídos à ao casamento, coabitação e construção de família, foi realizada uma entrevista semiestruturada com base nos objetivos da investigação e das questões de investigação apresentadas anteriormente, uma vez que este tipo de metodologia permite construir uma representação da realidade refletindo modos de pensar, agir e olhar para o futuro (de Souza Minayo & Costa, 2018). Para a realização das entrevistas semiestruturadas foi construído um guião composto por perguntas abertas organizadas por sete blocos temáticos (Apêndice B). No primeiro bloco temático (1. Informações acerca da Investigação) foram clarificados os aspetos deontológicos da investigação. O segundo bloco temático (2. Conceções sobre a Família) teve como objetivo

aceder às significações e conceções sobre o construto de família, como percebe a família de origem e como expectativa a família futura: e.g., “*Considera que o seu conceito de família é importante para a maneira como conceptualiza sobre os seus relacionamentos atuais?*”. O terceiro bloco temático (3. Conceções acerca da Coabitação) centrou-se em perceber as significações e conceções acerca da coabitação, bem como a sua importância para a relação conjugal e as diferenças e semelhanças em comparação com o conceito de casamento: e.g., “*De que forma considera a coabitação um marco importante numa relação?*”. O bloco seguinte (4. Conceções sobre o Casamento) procurou conhecer as significações e conceções acerca do casamento, perceber como a opinião da sociedade atual impacta a conceção de casamento e perceber qual o impacto da opinião da sociedade atual na sua vivência ou perceção do casamento: e.g., “*Que benefícios considera que o casamento traz para a relação?*”. O quinto bloco temático (5. Conceções acerca da Construção de Família) pretendeu compreender a importância dos filhos na composição familiar, perceber que desafios são antecipados associados a estas temáticas, bem como as estratégias utilizadas e/ou pensadas para lidar com os mesmos e aceder à sua perceção sobre a opinião da sociedade face a famílias compostas por pessoas LGBTQIA+: e.g., “*Que desafios a comunidade LGBTQIA+ enfrenta para construir uma família?*”. O bloco seguinte (6. Perceção da Discriminação) pretendeu explorar a discriminação vivenciada, até ao momento, pelas pessoas participantes: e.g., “*Já se sentiu discriminado por pertencer à comunidade LGBTQIA+?*”. A entrevista foi finalizada (6. Conclusão da Entrevista) com esclarecimento de dúvidas, espaço para partilha de informações adicionais que não tenham sido questionadas, mas consideradas relevantes pela pessoa participante e, por fim, agradecimento à sua participação.

## **Procedimento**

Depois de aprovado o Requerimento de Aprovação de Projeto de Investigação pela Comissão Especializada de Ética e Deontologia do Conselho Científico da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FP-UL), divulgou-se o estudo através da rede social *Instagram*, com o objetivo de recrutar participantes que reunissem os critérios necessários para a sua participação. Este método de recolha de amostra ocorreu por conveniência, através da estratégia “bola de neve”, dado que as pessoas participantes tiveram conhecimento da investigação por meio de outras pessoas. As pessoas participantes que acederam à divulgação da investigação, quando demonstraram interesse e disponibilidade em participar na investigação, foram selecionadas de acordo com a sua disponibilidade. Previamente à divulgação da investigação para recolha de amostra, procedeu-se a um teste piloto da entrevista semiestruturada com o objetivo de verificar

a sua adequação e estimativa de duração. Os dados da entrevista piloto foram incluídos na investigação, uma vez que cumpriram os critérios éticos e os objetivos da investigação.

Para a recolha de dados qualitativos, as pessoas participantes interessadas acederam a um *link* partilhado nas redes sociais profissionais da investigadora, que encaminhava para a plataforma *Google Forms*, e, posteriormente, foram contactadas via telemóvel, e-mail ou *Instagram*, consoante a sua preferência, para esclarecer dúvidas e proceder ao agendamento da entrevista, presencial ou *online*, na plataforma *Zoom* ou *Google Meet*. Após o agendamento da entrevista, enviou-se o Questionário Sociodemográfico que foi preenchido e entregue no dia da entrevista. Aquando da entrevista, em primeiro lugar, foi pedida a autorização para a sua gravação áudio e comunicou-se a eliminação dos dados em formato áudio e da identidade da pessoa após a conclusão do estudo. De seguida, informou-se as pessoas participantes acerca da duração, objetivos e finalidade dos dados recolhidos e assegurou-se a confidencialidade na sua análise e divulgação, uma vez que a cada gravação foram atribuídos um número e as siglas do nome próprio da pessoa participante. Seguidamente, as pessoas participantes aprovaram e assinaram o consentimento informado (Apêndice C) e procedeu-se à entrevista. As entrevistas semiestruturadas tiveram a duração média de uma hora, tendo oito ocorrido em contexto presencial num gabinete na FP-UL, local que possibilitou a preservação da privacidade das pessoas participantes. Posteriormente, aquando do término da investigação, as pessoas participantes puderam aceder à informação sobre a investigação, através de uma conclusão resumida e global dos resultados gerais.

### **Análise de Dados**

Após a finalização do processo de recolha de dados qualitativos, procedeu-se ao seu tratamento. As entrevistas semiestruturadas foram integralmente transcritas pela investigadora, mas foram alteradas todas as informações identificativas das pessoas participantes, salvaguardando a sua privacidade. Consequentemente, foram analisadas e codificadas com recurso ao *software* QSR NVIVO14. A análise dos dados foi realizada através do recurso à análise temática, para que fosse possível identificar, analisar, organizar e descrever, em detalhe, temas recolhidos através dos dados e comprimir as informações extensas em poucas e importantes categorias de conteúdo, o que emergiu padrões de significado e questões de interesse que requerem um papel ativo e crítico da pessoa investigadora para identificar os temas pertinentes (Braun & Clarke, 2006; Esteves, 2006; Terry et al., 2017).

Como esta se tratou de uma investigação com um paradigma construtivista (Guba & Lincoln, 1984) e exploratória, quando não se verificou um alinhamento das partilhas das pessoas

participantes com as teorias existentes, manteve-se aberta a possibilidade de existirem categorias com origem *in vivo*, criando relações mais próximas das expressões das pessoas participantes (Braun & Clarke, 2006). Segundo Braun e Clarke (2006), este processo divide-se em seis fases flexíveis: familiarizar com os dados, formar categorias iniciais, procurar temas e revê-los, definir e nomear os temas e, finalmente, produzir o relatório com integração de excertos. A primeira fase passou por transcrever a entrevista e fazer categorias iniciais sobre a mesma. Na fase seguinte, iniciou-se a codificação da entrevista e gerou-se as categorias iniciais. De seguida, na fase de procurar temas, identificam-se os temas principais que emergem da agregação das categorias geradas inicialmente. Posteriormente, realizou-se a revisão dos temas e sua nomenclatura ao verificar a congruência entre excertos. Por fim, construiu-se uma apresentação dos dados recolhidos e analisados, através da realização de matrizes de codificação aquando da versão final da árvore de categorias (Braun & Clarke, 2006; Esteves, 2006; Lima, 2013; Terry et al., 2017). Nesta investigação, a procura de padrões entre os dados – itens de significação – (Bardin, 1977) foi realizada através de uma abordagem exploratória para aceder e compreender os significados e conceções refletidos nas narrativas de cada pessoa (Lima, 2013).

No início do processo de tratamento de dados, a árvore de categorias refletiu integralmente os dados e as narrativas das pessoas participantes e, para tal, foi necessário que a investigadora codificasse os dados sob uma lente teórica e epistemológica como, neste caso, os vários níveis sistémicos (Braun & Clarke, 2006). Neste sentido, a identificação de padrões de dados progrediu a nível sistémico, sendo que numa fase inicial foi feita uma codificação aberta, i.e., um questionamento e comparação de dados que fez com que estes se desconstruíssem e começassem a criar categorias que os descrevem para que, posteriormente se identifique e compreenda os processos e ideias que deram significado ao grande construto (Braun & Clarke, 2006). O mergulho nos processos e ideias foi alcançado através da codificação axial, ao alternar este processo com a codificação aberta que abriu a possibilidade de reorganizar os dados em função das relações refletidas nas categorias e, posteriormente, através da codificação seletiva em que se pretende identificar as categorias centrais e condensá-las com os dados (Braun & Clarke, 2006). A um nível interpretativo, escolheram-se os temas centrais através da sua relevância e representação nas narrativas e procedeu-se à formação da hierarquia de categorias para se conseguir compreendê-las numa narrativa que reflita os dados como um todo (Braun & Clarke, 2006). Assim, através deste processo a árvore foi sendo reformulada através da seleção e organização dos temas que permitiu o desenvolvimento da análise em profundidade (Terry et al., 2017). Ao longo de toda a análise recorreu-se à redação de *memos* que consistem em apontamentos da pessoa investigadora que refletem ideias, questões, relações e dúvidas face aos

dados que podem ser úteis para a reflexividade necessária ao processo de investigação qualitativa (Olmos-Veja et al., 2022).

Por fim, esta investigação foi desenrolada com base nos critérios de qualidade propostos no *qualitative research review guidelines* (RATS, Clark, 2003). Em primeiro lugar, foi assegurada a relevância da questão de investigação devido às lacunas identificadas em relação ao estudo das conceções e significados das pessoas LGBTQIA+ em relação a temáticas acerca da conjugalidade, mais especificamente acerca do casamento, coabitação e construção de família, através de uma lente sistémica. Relativamente à adequação do método qualitativo, este permitiu explorar as experiências das pessoas participantes nesta temática da qual há pouca informação em Portugal. Em relação à transparência nos procedimentos, a metodologia, os procedimentos e o guião da entrevista semiestruturada foram explicitados de forma detalhada, e foi garantida a confidencialidade e anonimato das pessoas participantes. Por último, ao nível da solidez da abordagem interpretativa, foi utilizada uma análise temática simples para pessoas investigadoras com pouca experiência (Braun & Clarke, 2006), bem como explicado o processo de codificação e escrita dos resultados com base teórica.

## Resultados

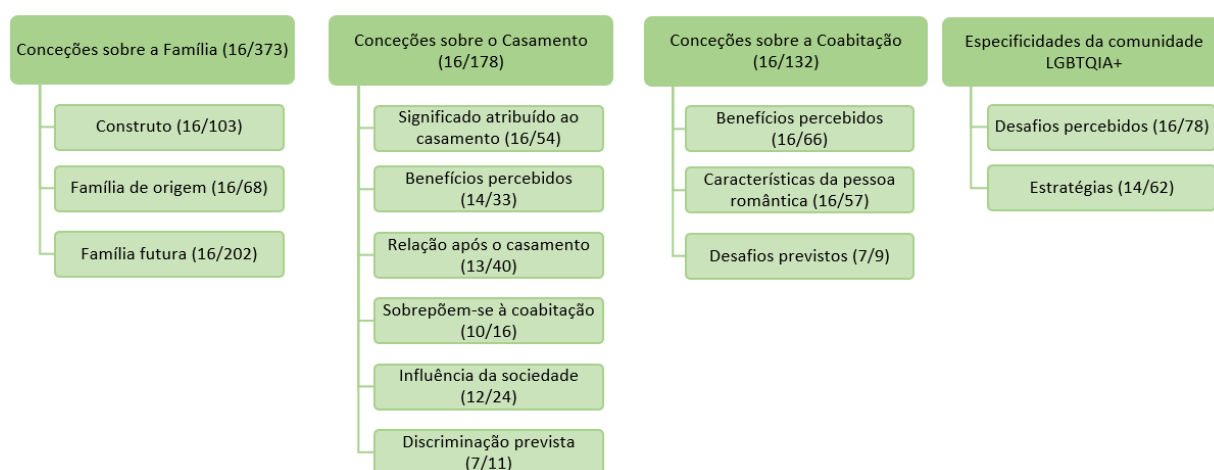
A análise dos dados qualitativos revelou quatro temas principais – Conceções sobre a Família, Conceções sobre o Casamento, Conceções sobre a Coabitação e Especificidades da Comunidade LGBTQIA+ – que englobam diversas categorias e subcategorias (Figura 2). Estas categorias e subcategorias serão explicadas através das suas definições operacionais (Apêndice D) e da sua predominância na amostra, representada pelo número de fontes, i.e., de pessoas participantes que as referiram, entre parêntesis, e de referências, i.e., número de vezes que surgiu, no formato (F/R) – e.g., (16/66). A par disso, cada categoria será ilustrada através de uma citação representativa do seu significado, sendo que as citações se encontram identificadas, entre parêntesis, da seguinte forma: iniciais do nome próprio e apelido, identidade de género – homem (H) ou mulher (M) – e orientação sexual – homossexual (HO), bissexual (B) ou pansexual (P) – (e.g., MC/M/HO). Quando pertinente, serão realizadas comparações, devidamente clarificadas, em função do género e da orientação sexual, assim como serão explicadas as categorias criadas com base em expressões utilizadas pelas pessoas participantes, i.e., categorias *in vivo*.

A primeira categoria principal – Conceções sobre a Família – reflete as conceções das pessoas participantes acerca do construto de família, como caracterizam a sua família de origem e as expectativas relacionadas com a construção de família. A segunda categoria – Conceções sobre o Casamento – remete para as conceções das pessoas participantes acerca do significado

atribuído ao casamento, em que medida este pode beneficiar a relação conjugal, como a sociedade encoraja, positiva ou negativamente, ao casamento e como o conceito de casamento e coabitação se aproximam. Na terceira categoria – Concepções sobre a Coabitação – transparece as expectativas sobre a pessoa parceira romântica ideal para ponderar a coabitação e o início de uma vida conjugal, em que medida a coabitação pode beneficiar a relação conjugal, bem como, os desafios que as pessoas participantes antecipam que podem estar associados a este passo. Por último, a quarta categoria – Especificidades da Comunidade LGBTQIA+ – reflete os desafios particulares que a população LGBTQIA+ ultrapassou e os que prevê enfrentar, bem como estratégias que podem ajudar a diminuir e/ou colmatar estes mesmos desafios.

## Figura 2

Árvore de categorias dos quatro temas e as suas principais categorias



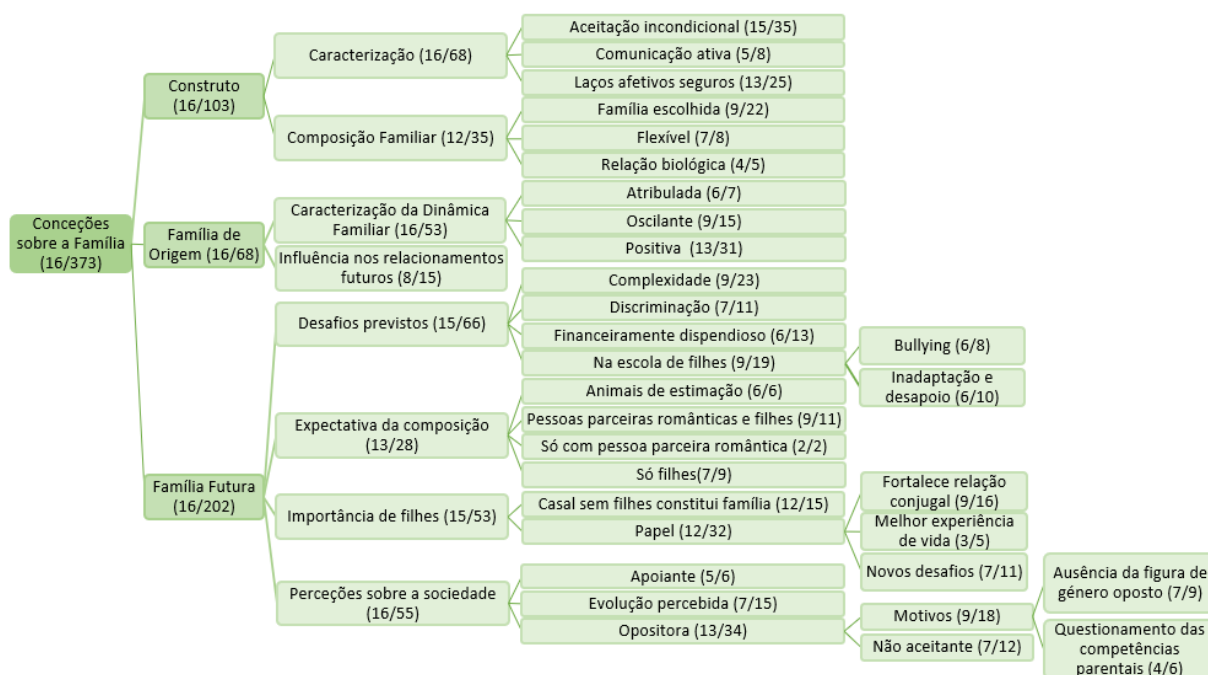
### Concepções sobre a Família

As pessoas participantes referem que as **Concepções sobre a Família** (Figura 3) (16/371), refletem as atribuições e significados associados ao construto de família, à família futura e como as pessoas participantes admitem que a sociedade o perspetiva. Mais especificamente, pensam acerca do significado da palavra família, i.e., do **construto** (16/103) e das dimensões que, segundo as pessoas participantes, deveriam estar na base relação familiar, ou seja, a sua **caracterização** (16/68) que passa pela empatia e apoio sentido em situações avassaladoras pelas pessoas familiares, i.e., **aceitação incondicional** (15/35) – “*desde que nasci havia essa incondicionalidade e aceitação (...) que (...) na maior parte das outras relações fora da família, isso é uma coisa que se cria ao longo do tempo*” (MG/M/HO) –, convivência familiar em que se pode contar com o carinho e afeto constante da pessoa familiar, i.e., **laços afetivos seguros** (13/25) – “*família para mim é qualquer grupo de pessoas (...) que se apoiam uns aos outros, que podem contar uns com os outros, que têm fortes laços de amizade*” (VR/H/B) –, tendo estas

dimensões sido as mais emergentes na narrativa das pessoas participantes independentemente do género. Por último, algumas pessoas participantes consideram que proporcionar conversações sobre as vontades, necessidades e sentimentos de cada um, bem como demonstrar curiosidade e compreensão para ouvir a perspectiva da outra pessoa, i.e., **comunicação ativa** (5/8) – “*super importante comunicação, e (...) reciprocidade na liberdade que se dá ao outro*” – são características importantes relacionadas com o construto de família. Ainda sobre o construto, as pessoas participantes ressaltaram aquilo que consideram ser a cola que torna a relação família, i.e., a **composição familiar** (12/35), sendo que mais de metade das pessoas participantes consideram ser a **família escolhida** (9/22), ou seja, os membros familiares são escolhidos durante o desenvolvimento pessoal e social – “*É... uma família, a partir do momento em que as pessoas que fazem parte consideram que é uma família*” (LL/M/B) –, sendo que as mulheres demonstraram mais facilidade em encarar a família como escolhida ( $n = 7$ ) do que os homens ( $n = 2$ ). Por outro lado, algumas pessoas participantes consideram que a composição familiar é algo amplo e mutável ao longo da vida, ou seja, **flexível** (7/8) – “*É que eu não sei mesmo definir o que é uma família. Pode ser tanta coisa*” (CS/M/HO) –, para além disso, e ainda que retratado por uma minoria de pessoas participantes, estas referem que uma família também pode ser composta pela **relação biológica** (4/5), ou seja, os laços consanguíneos que os unem são a base de uma relação familiar – “*A partir do momento que há um filho, tipo, há uma família*” (JC/M/P).

### Figura 3

Mapa representativo da categoria *Conceções sobre a Família*



Noutra vertente, as pessoas participantes pensaram sobre a **caracterização da dinâmica familiar** (16/53), ou seja, como é que a pessoa caracteriza a interação com os seus familiares, sendo que esta pode ser caracterizada como boa, fazendo parte dela alguns dos adjetivos que caracterizam o conceito de família, i.e., **positiva** (13/31) – “*É boa, é positiva (risos). Somos próximos*” (HC/M/B) –, como uma dinâmica familiar que não é estável e se altera conforme as vivências em seio familiar, ou seja, é **oscilante** (9/15) – “*Expansão e recessão. E eu acho que isso é transversal a qualquer matéria. É sempre assim. Sobe e desce*” (AP/H/HO) – e, por último, narrado por algumas pessoas participantes, uma dinâmica familiar que sofreu algumas adversidades, i.e., **atribulada** (6/7) – “*É uma relação complicada...*” (BG/M/B). Ademais, as pessoas participantes narraram que a sua família de origem tem **influência nos relacionamentos futuros** (8/15), ou seja, parece haver uma transposição dos valores, ideias e padrões de interação que as pessoas participantes consideraram acontecer nos relacionamentos que constroem fora do contexto familiar – “*perceber melhor o que é que eu não quero que aconteça e o que é que eu quero que aconteça, efetivamente [nas relações]*” (JC/M/P).

Relativamente ao processo de construção de **família futura** (16/200), que reflete as conceções, significados e desafios que as pessoas participantes atribuem ao acesso (ou não) à parentalidade, as pessoas participantes revelaram alguns dos **desafios previstos** (15/64), sendo estas dificuldades antecipadas no acesso à parentalidade e na vivência da mesma, tais como, a dificuldade do processo e desgaste emocional e psicológico associado ao processo, i.e., a **complexidade** (9/23) – “*é muito complexo, emocionalmente, passar por um processo de fertilização*” (CS/M/HO) –, lidar com a discriminação antecipada por parte da sociedade face ao acesso à parentalidade por pessoas LGBTQIA+, ou seja, a **discriminação** (7/11) – “[com] a comunidade LGBT ainda tem um certo preconceito, (...) ainda existe muita aquela coisa de uma criança tem de ter uma figura paterna e uma figura materna” (MT/M/HO) –, ser um processo com elevados custos económicos associados ao processo de acesso à parentalidade, mais especificamente, relacionado com a adoção ou as tecnologias de reprodução assistida, constituindo em algo **financeiramente dispendioso** (6/13) – “*é muito caro (...) passar por esses processos e acho que por isso também é que a maior parte das pessoas (...) não têm filhos e até gostavam*” (SE/M/B) – e, mais especificamente, **na escola de filhas** (9/19), ou seja, na experiência e preocupações antecipadas dos pais LGBTQIA+ e de filhas de famílias compostas por pessoas LGBTQIA+ estabelecimentos de ensino, havendo preocupação sentida associada à violência psicológica, emocional e/ou física realizada com intenção de oprimir, i.e., o **bullying** (6/8) – “*o facto da criança poder vir a sofrer mais discriminação por dizer: os meus pais ou as minhas mães*” (CS/M/HO) – e a **inadaptação e desapoio** (6/10) face à necessidade de adaptação

às famílias compostas por pessoas LGBTQIA+ e à carência de recursos de apoio psicológico – *“mesmo em termos já da vivência com os filhos (...) na escola, isso ainda não está normalizado e (...) acaba por afetar as crianças”* (HC/M/B). Neste sentido, as pessoas participantes também narraram o que consideram ser a opinião da sociedade relativamente às famílias compostas por pessoas LGBTQIA+, i.e., as **percepções sobre a sociedade** (16/55), sendo que a maioria considera que opinião é opositora face à construção de famílias compostas por pessoas LGBTQIA+, o que refere uma posição de **oposição** (13/34), mais especificamente, **não aceitante** (7/12), i.e., acreditam que a sociedade tem receios associados à educação das famílias compostas por pessoas LGBTQIA+ – *“existe o medo de isso afetar o desenvolvimento da criança”* (CS/M/HO) – seja porque consideram que existe um **questionamento das competências parentais** (4/6), i.e., não consideram que estes tenham aptidões parentais para educar e criar uma criança – *“que não são capazes de educar da mesma maneira”* (CS/M/HO) –, seja por considerarem que a falta de uma figura parental de cada género seja imprescindível para o bom desenvolvimento da criança, i.e., **ausência da figura do género oposto** (7/9) – *“ainda há muito a ideia de que vão influenciar ou que o filho vai precisar de outra figura para fazer o papel de mãe ou papel de pai”* (JC/M/P). Ainda assim, existem pessoas participantes que mencionaram que denotam e perspetivam uma **evolução positiva** (7/15) sobre esta temática, i.e., uma melhoria progressiva da opinião da sociedade em prol das famílias compostas por pessoas LGBTQIA+, sendo que as mulheres parecem ter mais facilidade em mencionar esta evolução ( $n = 6$ ) do que os homens ( $n = 1$ ) – *“Acho que está a melhorar porque está a ser mais falado (...) está a ser legalizado em muitos sítios do mundo, e (...) quando as coisas começam a acontecer (...), eventualmente, vai ficar normalizado”* (MT/M/HO) – e alguns percecionam a opinião da sociedade como favorável à construção de famílias compostas por pessoas LGBTQIA+, i.e., **apoiantes** (5/6) – *“Já ouvi pessoas a dizer que preferem que os miúdos estejam com duas mães ou com dois pais do que estejam numa instituição”* (CS/M/HO). Ainda, relativamente à **expectativa da composição** (13/28), i.e., a forma como idealizam a sua família futura, mais de metade das pessoas participantes perspetivam a sua família composta pela pessoa companheira amorosa e pelos descendentes, i.e., **pessoas parceiras românticas e filhos** (9/11) – *“Com os meus filhos e a minha parceira”* (IF/M/B) –, quase metade das pessoas participantes idealizam a sua família composta, essencialmente, **só filhos** (7/9), i.e., não consideram que a presença da pessoa parceira romântica faça parte da sua estrutura familiar ideal, mas filhos sim – *“só eu e filhos, monoparental”* (CF/H/HO) – e, ainda que retratado por uma minoria de pessoas participantes, referem que não almejam criar filhos na sua composição familiar, i.e., perspetivam uma família **só com pessoa parceira romântica** (2/2) – *“o que eu imagino é eu a viver com*

*alguém e depois imagino a ter uma vida com essa pessoa*” (BG/M/B). Ademais, existem pessoas participantes que narraram que imaginam que na sua composição familiar também faça parte animais domésticos criados em família, i.e., **animais de estimação** (6/6) – *“idealmente, seria eu e o meu parceiro ou a minha parceira com dois filhos e um cão*” (SE/M/B). Por conseguinte, acerca da **importância de filhos** (15/53), i.e., a importância (ou não) que as pessoas participantes atribuem à presença de pessoas filhas para construir uma família, bem como o que estas poderiam trazer para a relação conjugal e familiar. Neste sentido, as pessoas participantes referiram que um casal que não pretenda ter filhos na sua composição familiar também constitui uma das inúmeras estruturas familiares possíveis, i.e., **casal sem filhos constitui família** (12/15) – *“Acho que tudo tem a ver com aquilo que as pessoas querem, o casal quer. Acho que para construir uma família não é necessário ter filhos*” (IF/M/B) –, ainda assim, relataram as funções que filhos podem ter na relação conjugal e família, i.e., o **papel** (12/32), sendo que este pode passar por tornar a relação entre os pais mais consistente, apoiante e unida, ou seja, em prol do **fortalecimento da relação conjugal** (9/16) – *“pode fortalecer os laços e que faça com que ambas (...) aprendam imenso sobre o parceiro*” (BG/M/B) –, pode contribuir para a emergência de novas tarefas e responsabilidades no casal, i.e., **novos desafios** (7/11), categoria *in vivo* – *“acho que os filhos adicionam novos desafios (...) ao casal. Coisas que o casal nunca se defrontou antes, e (...) a educação dos filhos é uma situação totalmente nova que as pessoas vão ter de trabalhar em equipa*” (MG/M/HO) – e, por último, pode constituir um propósito de vida que traz uma sensação de realização pessoal e/ou conjugal, i.e., **melhor experiência de vida** (3/5) – *“Então eu acho que os filhos numa família, se não for das melhores coisas que existem, eu acho que (...) está perto*” (MT/M/HO).

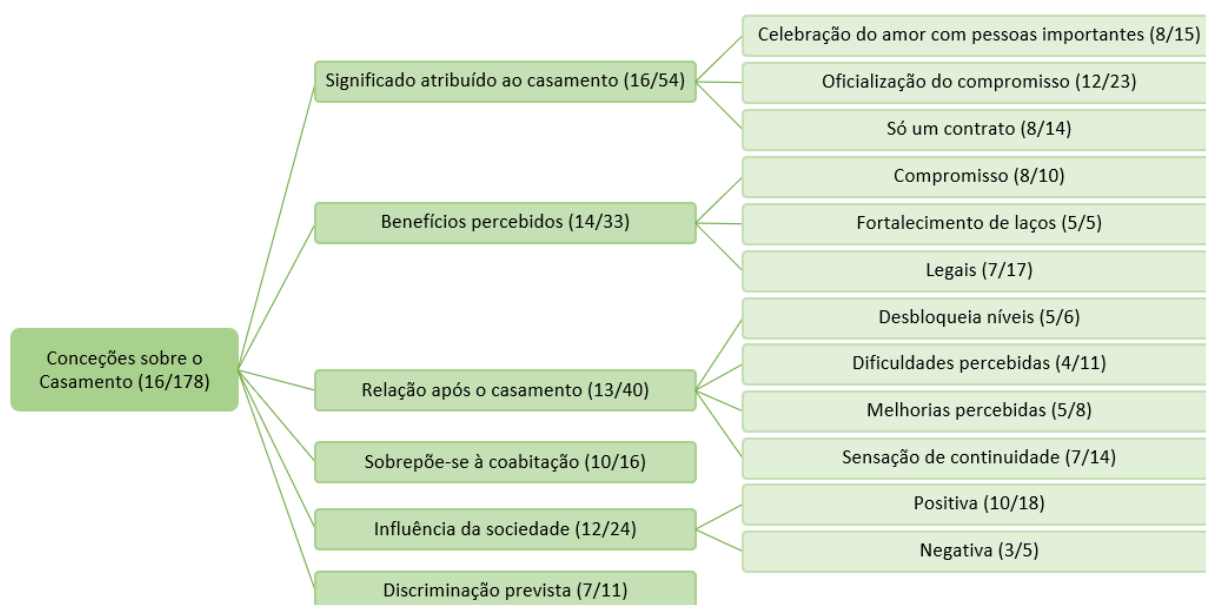
### **Conceções sobre o Casamento**

Ainda, as pessoas participantes refletem sobre as **Conceções sobre o Casamento** (Figura 4) (16/175), ou seja, as atribuições e significados associados ao conceito de casamento, sendo que associado à relevância do casamento na vida pessoal e conjugal, i.e., o **significado atribuído ao casamento** (16/54), destacam o a crença de que o casamento consiste na afirmação da vontade de partilhar uma vida com a pessoa parceira, bem como numa forma de preservar a relação, fortificando-a, ou seja, a **oficialização do compromisso** (12/23) entre as pessoas parceiras românticas – *“que o casamento é reconheceres que queres ficar com aquela pessoa e que vais fazer todos os possíveis para ficar com aquela pessoa para o resto da tua vida*” (LL/M/B) –, a comemoração da relação amorosa com familiares e entes queridos de cada cônjuge, i.e., a **celebração do amor com pessoas importantes** (8/15), categoria *in vivo* – *“Acho que é muito*

*querido existir uma festa onde tu convidas pessoas com quem queres partilhar esse momento e estás, tipo, a celebrar o amor*” (CS/F/HO) – e o acordo legal realizado entre as duas pessoas casadas, i.e., **só o contrato** (8/14) – *“o casamento é só um papel”* (CS/M/HO) –, sendo que mais de metade das mulheres e das pessoas bissexuais narraram facilmente este significado ( $n = 7$ ), ao contrários dos homens e das pessoas homossexuais ( $n = 1$ ).

**Figura 4**

*Mapa representativo da categoria Conceções sobre o Casamento*



vantagens associadas ao casamento, ou seja, os **benefícios percebidos** (14/31), sendo que estas vantagens podem estar associadas ao contrato e ao reconhecimento jurídico da relação marital, ou seja, **legais** (7/15) – *“falando em família, (...) a questão da adoção (...) acaba sempre por ter um peso maior (...) que as pessoas olham durante esse processo todo”* (WL/M/B) –, à emergência de uma sensação de investimento e comprometimento na relação, i.e., **compromisso** (8/10) – *“tipo, um compromisso, envolve imensas coisas, tipo, que eu acho que vão oficializar ainda mais essa promessa de estar lá presente”* (JC/M/P) – e a um aumento da união e conexão emocional entre os cônjuges, ou seja, **fortalecimento de laços** (5/5) – *“o casamento acaba por (...) fortalecer os laços, mas acho que não é necessariamente preciso um casamento para fortalecer esses laços ou para ficar a relação melhor”* (CH/M/B). Para além disso, as pessoas participantes também destacaram o que pode acontecer na **relação após o casamento** (13/39), ou seja, as alterações que o casamento pode proporcionar à relação conjugal, tais como uma **sensação de continuidade** (7/14), que reflete a perceção de que a relação continua igual antes e após o casamento, tendo esta sensação de continuidade sido narrada por metade das mulheres e metade dos homens (n = 6) e menos de metade dos homens (n = 1) – *“não*

*acho que o casamento mude propriamente a relação*” (MG/M/HO) –, uma percepção de que existem dificuldades relacionais que emergem, i.e., **dificuldades percebidas** (4/11), principalmente associadas ao aumento das barreiras da relação – *“as próprias barreiras, que impedem a pessoa de sair da relação, aumentam, só pelo facto de haver (...) custos de divórcio”* (VR/H/B) –, por outro lado, pode existir uma sensação de melhoria na relação conjugal ao nível da união e da conexão emocional, i.e., **melhorias percebidas** (5/8) – *“se nós estamos casados, (...) a nossa relação está mais forte, está mais oficial (...) mais difícil de quebrar, o que pode fazer com que (...) achem a relação mais segura”* (VR/H/B) – e, por último, pode dar uma sensação de que existe um passo seguinte que surge aquando do casamento, seja este coabitar ou construir família com ou sem filhos, i.e., há a sensação de que o casamento **desbloqueia níveis** (5/6) – *“depois dessa celebração (...) ter filhos (...). Para mim, faz muito sentido que isso venha depois de celebrar uma união, porque os filhos já são um resultado dessa união que existe”* (MG/M/HO). Ademais, algumas pessoas participantes referiram que, na prática, existe uma aproximação entre o construto de coabitação e de casamento, não havendo diferenças na vivência pessoal e em casal entre ambos, i.e., o casamento **sobrepõe-se à coabitação** (10/16) – *“eu acho que a vida de coabitação e a vida de casados é a mesma”* (CF/H/HO).

Relativamente à **influência da sociedade** (12/24), que reflete a interferência que esta pode ter na construção significado que cada pessoa atribui ao casamento, as pessoas participantes narraram que esta pode ser **positiva**, ou seja, contribui para uma conotação favorável ao casamento, incentivando à sua prática (10/18) – *“tanta pressão para os casais que estão a viver juntos ou que estão juntos há muitos anos para se casarem”* (SE/M/B) – ou **negativa** (3/5), ou seja, um incentivo desfavorável à sua prática, principalmente associada às taxas de divórcio – *“Eu acho que impacta negativamente a minha percepção sobre o casamento (...) com todas as experiências que eu tenho à minha volta”* (CS/M/HO). Por último, quase metade das pessoas participantes refletiram que sentem algum estigma social associado ao casamento LGBTQIA+, i.e., **discriminação prevista** (7/11) – *“hoje em dia ouves comentários de pessoas a falar mal do casamento homossexual e que não se deviam casar”* (SE/M/B).

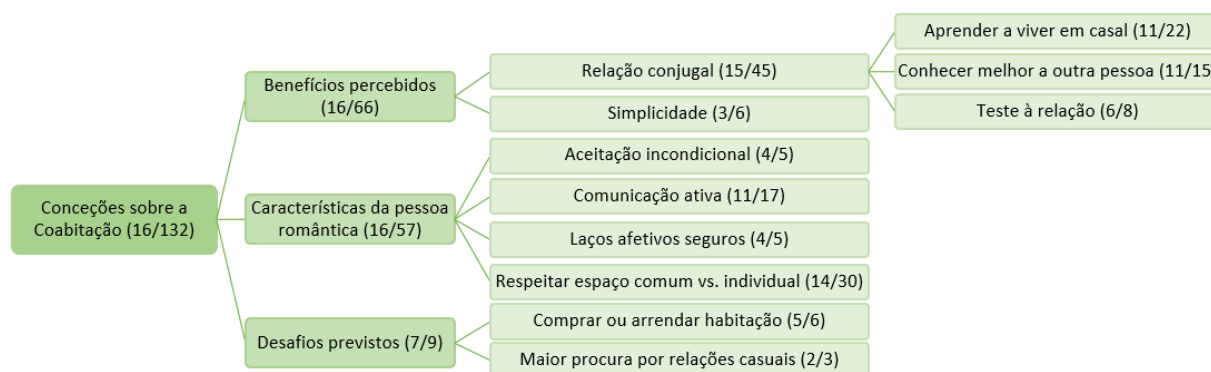
### **Conceções sobre a Coabitação**

Acerca das **Conceções sobre a Coabitação** (Figura 5) (16/132), i.e., das atribuições e significados associados a este conceito, as pessoas participantes destacam os **benefícios percebidos** (16/66), i.e., as vantagens que a coabitação pode trazer para a **relação conjugal** (15/45), ou seja, em que medida é que a coabitação pode estar associada a melhorias na relação conjugal. Neste sentido, os benefícios percebidos para a relação conjugal podem ser constituídos

por **aprender a viver em casal** (11/22), ou seja, ajudar a conjugar rotinas e desenvolver um espaço comum tendo em consideração ambas as individualidades – *“todas as pessoas têm os seus hábitos e as suas rotinas, e (...) são duas rotinas individuais que (...) estão no mesmo espaço”* (MT/M/HO) –, por descobrir as diferentes facetas da pessoa parceira romântica, i.e., **conhecer melhor a outra pessoa** (11/15), categoria *in vivo* – *“e acho que é bastante importante para conhecermos todas ou quase todas as facetas da pessoa com quem nós estamos”* (MT/M/HO) – e, por último, por tentar perceber se a relação tem prospeção e viabilidade de futuro, ou seja, fazer um **teste à relação** (6/8), categoria *in vivo* – *“diria que (...) é um teste, mas não sinto que é um teste que tem fim (...) quanto mais longo (...) mais positivo (...) é um teste contínuo”* (SE/M/B). Para além disto, as pessoas participantes destacaram a **simplicidade** (3/6) associada à coabitação, ou seja, a fluidez e espontaneidade que está inerente ao conceito – *“é uma coisa um bocadinho mais fluida, (...) menos rígida, do género, eu gosto de ti agora, quero estar contigo agora, quero viver contigo agora. É (...) mais imediata”* (LL/M/B).

## Figura 5

Mapa representativo da categoria *Conceções sobre Coabitação*



Associado ao início do processo de coabitar, as pessoas participantes narraram alguns atributos que consideram essenciais para perceber se a pessoa com quem têm uma relação romântica tem potencial para coabitar, i.e., **características da pessoa parceira romântica** (16/57), tendo destacado o **respeito pelo espaço comum vs. individual** (14/30), ou seja, considerar que cada pessoa deve ter o seu espaço pessoal e privado para além do espaço partilhado construído a dois que passa pela divisão e organização de tarefas domésticas – *“organização no sentido de... temos de ter regras, por exemplo, tu cozinhas estes dias, eu cozinho estes dias. É uma pessoa que gosta de saber onde é que estão as suas coisas, sabe onde é que são as minhas”* (WL/M/B) –, proporcionar conversações abertas sobre as vontades e sentimentos de cada um, bem como sublinhar a disposição para ouvir a perspetiva da outra pessoa, i.e., **comunicação ativa** (11/17) – *“não tenha medo de falar sobre as coisas, mas que (...) tenha*

*cuidado ao falar sobre elas (...), tipo, a resolver as coisas com conversa e de forma calma (...), falar sobre como é que nos sentimos” (JC/H/P) –, sensação de empatia pelas fragilidades e situações avassaladoras da pessoa companheira, o que reflete uma **aceitação incondicional** (4/5), tendo sido realçado na narrativa dos homens ( $n = 4$ ), ao contrário das mulheres ( $n = 1$ ) – “diria que empatia, porque muitas situações em que uma das pessoas está num mau bocado (...) vai sempre haver uma dificuldade de ambas as partes se compreenderem uma à outra (...)meter[-se] no lugar do outro e de ouvir” (VR/H/B) – e contribuir para potencialização de momentos de carinho e afeto da pessoa companheira, de forma espontânea, i.e., **laços afetivos seguros** (4/5) – “por exemplo, estamos juntos em casa, tem momentos que eu quero sentir o afeto. Não sei, “olha, dá-me um abraço aqui espontâneo”. É uma pessoa que também gosta de afeto” (WL/M/B).*

Por último, as pessoas participantes destacaram **desafios previstos** (7/9), ou seja, obstáculos associados à vontade de coabitar com a pessoa parceira romântica, tais como a dificuldade em encontrar uma habitação em que não antecipem a exclusão por serem pessoas LGBTQIA+, i.e., **comprar ou arrendar habitação** (5/6) – “Passou-nos pela cabeça estar a ser mais difícil por sermos um casal homossexual (...) Só que, um: nós não notámos isso, nós arranjámos casa, relativamente, rápido; e dois: nós não temos forma de saber se fomos discriminadas ou não” (MG/M/HO) – e percecionarem que na geração Z há uma preferência por relacionamentos com menos sensação de compromisso e prospeção de futuro, ou seja, uma **maior procura por relações casuais** (2/3) – “não há muitos casamentos na comunidade LGBT, pelo mesmo motivo de que as pessoas querem relações casuais” (CF/M/HO).

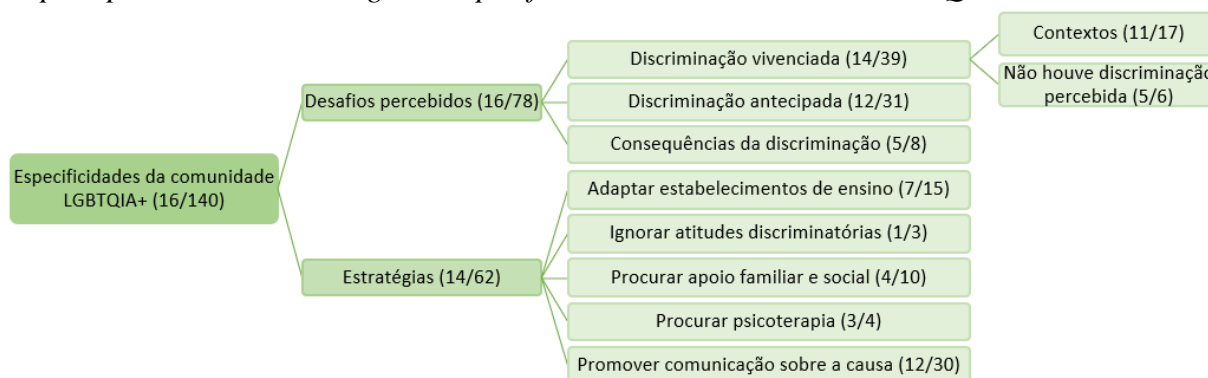
### **Especificidades da Comunidade LGBTQIA+**

Dada a reflexão das pessoas participantes acerca daquilo que diferencia a sua vivência em sociedade, ou seja, os desafios inerentes à vivência de pessoas LGBTQIA+, bem como as estratégias utilizadas ou pensadas para colmatar ou diminuir estes desafios emergem as **Especificidades da Comunidade LGBTQIA+** (Figura 6) (16/138). Neste sentido, as pessoas participantes referiram que a maior diferença são os **desafios percebidos** (16/78), ou seja, a discriminação sentida como pessoas LGBTQIA+, mais especificamente, a discriminação que estes experienciaram nos diferentes contextos em que se inserem ou já estiveram inseridos, i.e., a **discriminação vivenciada** (14/39) num determinado **contexto** (11/17), ou seja, os principais âmbitos em que o estigma foi sentido, nomeadamente, no público – “Estava uma vez com um rapaz (...) demos um beijo e passaram adolescentes (...) e ele dizia assim “ai olha os maricas a beijarem-se” (CF/H/HO) –, familiar – “Eu sinto-me discriminada quando ouço comentários dos

meus pais” (BG/M/B) –, escolar – “Na escola, principalmente, tinha uma relação e (...) era comentários [a] toda a hora, maus, bastante maus, e isso acaba (...) por magoar” (CH/M/B) – e na internet – “Eu já lidei com muita discriminação, com muito discurso de ódio para cima de mim, na internet” (CF/M/B) –, ainda que a minoria tenha referido que **não houve discriminação percebida** (5/6), ou seja, não se sentiram discriminadas diretamente até ao momento – “Mas discriminada nunca senti, diretamente.” (CS/M/HO).

## Figura 6

Mapa representativo da categoria Especificidades da Comunidade LGBTQIA+



Por outro lado, as pessoas participantes narraram que parte da discriminação é prevista devido ao que já foi ouvido e experienciado até ao momento, especialmente nos processos de construção de família, casar e/ou coabitar, i.e., **discriminação antecipada** (12/31), o que é relatado maioritariamente pelas mulheres ( $n = 8$ ) e pelas pessoas bissexuais ( $n = 8$ ), nomeadamente, a exposição a constantes *coming outs* – “temos de estar, constantemente, a fazer *coming outs* (...) vais para um sítio novo tens de passar por todo o processo (...) de lidares com as pessoas saberem, com olhares, mesmo que não seja (...) uma coisa má” (CS/F/HO) – e o privilégio atribuído socialmente à heteronormatividade – “o mundo está mais construído para aquilo que é heteronormativo e, portanto (...) os processos ainda não estão feitos de forma que as perguntas deem para todos” (MG/M/HO). Neste sentido, identificaram **consequências da discriminação** (5/8) que já experienciaram ou antecipam que pode ocorrer na comunidade LGBTQIA+, como por exemplo, o medo da exposição afetiva em público – “em público, quando estou de mãos dadas, ou (...) dar um beijo (...) sinto olhares (...) e fico muito desconfortável. E às vezes sou capaz de não mostrar afeto em público por causa dessas situações” (SE/M/B).

Em função destes desafios percebidos, as pessoas participantes referiam algumas **Estratégias** (14/61) que são métodos utilizados para lidar com os desafios supracitados ou mudanças que gostavam de verificar em alguns contextos específico, tais como, **promover comunicação sobre a causa** (12/30), ou seja, apelar à comunicação e curiosidade genuína dos

demais com o objetivo de promover conhecimento e sensibilizar as pessoas sobre a comunidade LGBTQIA+ – “*é continuar com a comunicação, darmos a nossa voz (...) e tentar fazer com que as opiniões de outras pessoas mudem (...) e tentem perceber o nosso lado*” (CH/M/B) – e promover segurança e proteção às pessoas filhas através desta comunicação ativa – “*dentro do próprio ambiente de casa é aumentar o nível de segurança (...), esclarecer a criança (...) mostrar que isso é normal (...) e que diferença faz também em termos reais*” (VR/H/B). Noutra vertente, as pessoas participantes revelam ser necessário reformar os valores e ideais que são perpetuados pelos docentes e funcionários, ou seja, **adaptar estabelecimentos de ensino** (7/15) – “*nas escolas, têm de começar a incutir. Temos (...) a disciplina de cidadania (...) vamos falar dos nossos cidadãos. (...) Já temos as aulas de sexualidade (...) também temos de falar das famílias*” (CF/H/HO), **procurar apoio familiar e social** (4/10), ou seja, procurar grupos sociais e familiares que apoiem e respeitem a pessoa na sua totalidade – “*Eu não preciso de (...) tentar pertencer a grupos que não me querem, porque não há necessidade, vai sempre haver pessoas com quem se vai conectar*” (CF/M/B) –, iniciar um processo terapêutico de modo a encontrar estratégias para lidar com a discriminação percebida nos diversos contextos, i.e., **procurar psicoterapia** (3/4) – “*Acho que terapia é importante (...) a comunidade LGBT é tão ostracizada que todos precisam de terapia*” (CS/M/HO) – e, por último, desvalorizar os comentários e comportamentos negativos recebidos no contacto com a sociedade, i.e., **ignorar atitudes discriminatórias** – “*é ignorar, porque eles não merecem a nossa atenção*” (CF/M/B).

Em suma, os diferentes resultados alcançados contribuem para a compreensão das concepções acerca do casamento, coabitação e construção de família da comunidade LGBTQIA+ e as suas diversas vertentes.

### Discussão

Esta investigação procurou compreender as concepções e significados associados aos construtos de família, casamento, coabitação e construção de família na população LGBTQIA+, relacionando-se entre si e com as especificidades que esta população enfrenta, diariamente, associado ao estigma social internalizado. Analisando as entrevistas de 16 pessoas participantes, foi possível chegar a variadas conclusões que serão explicitadas de seguida.

Iniciando esta viagem com o significado que é atribuído ao construto de família, retoma-se a ideia de que uma família foi, desde cedo, definida como um sistema composto por interações constantes com articulação das componentes individuais de cada elemento que a ela pertence (Andolfi, 1981 citado em Alarcão, 2006). Neste sentido, percebe-se que as interações entre os diferentes elementos de uma família estão organizadas em padrões verbais e não verbais

construídas no contexto familiar, sendo que dentro destes padrões se encontram trocas afetivas, cognitivas e comportamentais que vão necessitando de constante adaptação (Alarcão, 2006). Nesta investigação, percebe-se as trocas que, na conceção das pessoas participantes, sustentam o conceito de família, não querendo dizer que estas refletem o que predomina no seu seio familiar. Estas trocas refletem as características que, enquadradas na narrativa das pessoas participantes, estão associadas ao significado do construto de família, mais especificamente, no que define uma relação familiar. Em primeira instância, foi destacada a importância da aceitação incondicional, talvez por este ser um aspeto fundamental para que as pessoas LGBTQIA+, em qualquer idade e/ou fase do ciclo vital, possam ser genuínas e mostrar quem realmente são sem barreiras ou receios de estigma (McCormick & Baldrige, 2019). Estudos demonstram que o fator mais preditivo de resultados positivos de saúde e saúde mental nos jovens LGBTQIA+ é a aceitação familiar, que comporta comportamentos de afirmação da identidade LGBTQIA+, de defesa contra o estigma social vivenciado e ao evitar padrões impostos socialmente com bases conservadores e não inclusivas relativamente a interesses pessoais e relacionamentos (McCormick & Baldrige, 2019). Em segunda instância, destacou-se a comunicação ativa sobre qualquer temática relevante para algum elemento familiar. Esta comunicação pode passar por comunicar as necessidades de cada elemento no contexto familiar ou fora do mesmo, bem como ouvir a outra pessoa com respeito e compreensão e partilhar sentimentos e experiências, o que constitui num fator que pode aumentar a conexão emocional, proximidade e satisfação e conduzir à satisfação familiar e individual (Kuhn et al., 2018; Olson, 2000 citado em Szcześniak & Tułeczka, 2020). Em última instância, evidenciou-se os laços afetivos seguros entre familiares que transparecem uma partilha de carinho e afeto entre os familiares, que podem estar associados à sensação de coesão familiar – conexão emocional que os elementos da família sentem uns pelos outros (Olson, 2000, citado em Szcześniak & Tułeczka, 2020).

Por outro lado, é interessante verificar que a composição da família parece estar cada vez menos ligada à relação biológica e aos laços consanguíneos que unem estas pessoas. Parece que a relação familiar está cada vez mais relacionada com as pessoas importantes que se destacam e que, de alguma forma, se tornam especiais e, conseqüentemente, família. Neste sentido, fala-se de família escolhida, tendo como base a flexibilidade com que, cada vez mais, se olha para o construto de família e quem se associa ao mesmo, deixando os laços consanguíneos de ser condição necessária e suficiente para se considerar alguém como elemento familiar. Segundo McGoldrick e colaboradores (2014), as pessoas LGBTQIA+ e as suas famílias podem criar oportunidades diferenciadas para criarem estruturas e papéis familiares baseados nas suas necessidades e interesses, em vez de se basearem nos modelos familiares tradicionais. Neste

sentido, surge a criação do conceito famílias escolhidas, que reflete uma adaptação positiva de uma vivência de rejeição por parte da família de origem (McGoldrick et. al, 2014). Existem algumas comunidades que definem família de uma forma abrangente, incluindo parentes consanguíneos e não consanguíneos (Walters e Old Person, 2008 citado em McGoldrick et. al, 2014), o que vai de acordo com as narrativas das pessoas participantes deste estudo que, maioritariamente, consideram que a composição de família tem um carácter flexível e se apresenta, mais facilmente, associada ao conceito de família escolhida em comparação com a família apenas com base na relação biológica.

Relativamente ao papel que o significado atribuído ao construto de família pode ter nos significados atribuídos à coabitação, percebe-se que há uma ligação entre as características que as pessoas participantes consideram estar diretamente ligadas ao significado e construto de família e as características que almejam que a pessoa parceira romântica tenha para ponderarem a vivência de uma vida em casal com essa pessoa. Nesta última vertente, as pessoas participantes narram, para além da importância da aceitação incondicional, comunicação ativa e laços afetivos seguros, o respeito pelo espaço comum e individual de cada pessoa parceira. Adicionalmente, e focando no papel que o significado atribuído ao construto de família pode ter na idealização da construção de família, a narrativa das pessoas participantes demonstra que, apesar das dinâmicas familiares relatadas como oscilantes e atribuladas, a maioria das pessoas participantes almeja construir uma família, com ou sem filhos.

Olhando para o papel que o estigma social internalizado pode ter na forma como perspetivam o casamento, a coabitação e a construção de família nas pessoas LGBTQIA+, percebe-se que existe uma antecipação da discriminação nestes processos ligados à conjugalidade e à parentalidade. Em relação ao casamento, as pessoas participantes demonstram receio face à exposição, uma vez que consideram que a posição da sociedade atual é contra o casamento LGBTQIA+ e antecipam lidar com comentários discriminatórios acerca deste direito alcançado. Relativamente à coabitação, existe uma preocupação relacionada com as pessoas proprietárias de habitações rejeitarem o seu arrendamento ou compra a pessoas LGBTQIA+ devido ao estigma social. Quanto à construção de família, as pessoas participantes revelam duas dimensões em que sentem que podem ser passíveis de sofrer discriminação. Em primeira instância, as pessoas participantes desta investigação consideram que a perceção da sociedade é opositora face à construção de famílias compostas por pessoas LGBTQIA+, principalmente devido à não concordância com a ausência da figura do género oposto ou por não considerarem que as pessoas LGBTQIA+ tenham competências parentais para cuidar e criar uma criança, como os casais cisheterossexuais, provavelmente devido aos papéis de género, não consideram que a

personalidade e as características são como um espectro em que cada pessoa tem mais ou menos. Ainda que a investigação tenha demonstrado que existem várias semelhanças entre as famílias heteroparentais e as famílias formadas por pessoas LGBTQIA+, quer relacionadas com as competências parentais, quer acerca do desenvolvimento saudável das crianças (OPP, 2020), esta continua a ser uma ideia alimentada pelo contexto social que se opõe à construção de famílias por pessoas LGBTQIA+. Em segunda instância, as pessoas participantes também salientam a discriminação antecipada relativamente aos processos de construção de família, tal como a adoção ou consultas médicas para prosseguir com os métodos alternativos de reprodução. Relativamente à vivência da parentalidade, as pessoas participantes sublinham as preocupações que têm com a vivência escolar de futuros filhos, por parte de pessoas colegas, professoras e funcionárias. Neste sentido, percebe-se que as pessoas participantes antecipam diversos desafios associados à construção de família e possível vivência da parentalidade, ainda assim, percebe-se que a par do preconceito e da discriminação sentida pelas pessoas participantes, estes não constituem barreiras ao planeamento e desejo parental na população LGBTQIA+, ao contrário do que esperado por Gato e colaboradores (2017 citado em Gato et.al., 2019).

Relativamente às expectativas antecipadas acerca da vivência do casamento, da coabitação e da construção de família, destacam-se alguns aspetos. Como já mencionado, o casamento está a passar por uma ressignificação do seu construto, deixando de ter bases económicas e legais que o sustentavam para ser algo que é definido pela ligação romântica e emocional dos cônjuges (Hiekel & Wagner, 2020; Monsma, 2014). Assim, as pessoas participantes refletiram sobre o casamento com base em três ideias chave. A primeira significação consiste em olhar para o casamento como uma oficialização do compromisso da relação conjugal, ou seja, o casamento parece consistir num meio para preservar a relação conjugal, fortificar a união e conexão emocional entre os cônjuges, bem como afirmar a vontade de querer partilhar uma vida com a pessoa parceira romântica, podendo ser uma etapa culminante de um relacionamento amoroso (Kimport, 2013; Monsma, 2014). A segunda conceção reflete o casamento como a celebração do amor entre os cônjuges com a presença de pessoas importantes para ambos, tendo como foco o dia do casamento. Por último, as pessoas participantes destacaram a conceção de que o casamento apenas consiste num contrato jurídico que reconhece legalmente a união entre duas pessoas e acarreta consigo alguns direitos associados à vivência marital, tais como a partilha de bens e o reconhecimento social da relação (Kimport, 2013; Monsma, 2014). Quanto às expectativas que as pessoas participantes têm acerca da sua vivência do casamento, estas consideram que a relação após o casamento pode sofrer alterações, principalmente ao nível das melhorias percebidas, ou seja, haver uma perceção de que a união e conexão do casal foi

fortificada e, neste sentido, pode existir uma sensação de que, após o casamento, o casal pode ponderar acerca da coabitação e, se assim o desejar, da construção de uma família com filhos, o que demonstra que o casamento ainda pode ter um papel importante na unificação da família e na mediação da sua construção (Coontz, 2005, citado em Mezey, 2015; Ross, 1995, citado em Narciso & Ribeiro, 2009). Por outro lado, as pessoas participantes destacam a crença de que a qualidade da relação conjugal permanece a mesma após o casamento.

Comparando a concepção e os significados atribuídos pelas pessoas participantes ao casamento e à coabitação, parece que, para além de terem características que as aproximam e outras que as distanciam, ambos podem trazer benefícios diferentes para a relação conjugal. Em comparação com a coabitação, o casamento parece fazer emergir uma sensação de compromisso e de longo prazo do relacionamento, que é sustentado pelo estudo sobre as diferenças entre casamento e coabitação de Perelli-Harris e colaboradores (2014, citado em Hiekel & Wagner, 2020). Ademais, o contrato legal acarreta benefícios ao nível jurídico que são percebidos pelas pessoas participantes como algo que diferencia o casamento da coabitação, uma vez que providencia aos cônjuges a oportunidade de partilhar bens, o direito a visitas hospitalares e a tomar decisões médicas a favor da pessoa parceira quando esta fica incapacitada por motivos de saúde (Kimport, 2013; Monsma, 2014). Por outro lado, segundo as pessoas participantes, a coabitação parece proporcionar um espaço para conhecer melhor a pessoa parceira romântica ao nível das suas rotinas e diferentes facetas e, conseqüentemente, aprender a viver em casal, bem como testar a relação, ou seja, perceber a funcionalidade e a viabilidade de futuro da relação amorosa. Noutra perspetiva, a coabitação parece diferenciar-se pela sua componente de simplicidade, ou seja, parece haver uma sensação de tranquilidade e, por isso, uma retirada de pressão ligada à decisão de coabitar, provavelmente, devido à (mais) fácil irreversibilidade da coabitação já abordada (Perelli-Harris et al., 2010 citado em Hiekel & Wagner, 2020). Neste sentido, a coabitação pode estar relacionada com a menor sensação de compromisso e prospeção de futuro que caracteriza os casais que coabitam sem casar (Hiekel & Wagner, 2020). Neste sentido, parece que os cônjuges podem estar mais ligados através das conexões legais sustentadas pelo acordo marital e que atuam como uma barreira da dissolução do casamento e, por outro lado, as pessoas parceiras que coabitam parecem dar mais importância à proximidade e conexão emocional e aos valores que sustentam uma relação individualizada (Hiekel & Wagner, 2020). No entanto, as pessoas participantes demonstram a crença de que existe grande aproximação entre a vivência de casal aquando do casamento e aquando da coabitação, ou seja, não parece existir uma clara diferença na prática destas duas vivências da conjugalidade.

Relativamente às expectativas antecipadas acerca da construção de família, com ou sem filhos, as pessoas participantes destacam algumas estruturas familiares que vão ao encontro dos seus objetivos de vida, sendo que na sua narrativa se destacou a vontade de construir uma família com a pessoa parceira romântica e filhos e de construir família com filhos, sendo que a pessoa parceira romântica não constitui uma prioridade para construir uma família, ou seja, o mais importante é existir filhos. Com menor destaque, mas também relevante, evidenciou-se a idealização de uma família construída apenas com a pessoa parceira romântica. Para além disso, é curioso compreender que quase metade das pessoas participantes revelam que é importante para si que nesta composição também façam parte animais de estimação criados pela família. Ademais, poucas pessoas participantes revelam que não tencionam construir uma família com filho(s), sendo a pessoa parceira romântica essencial e necessária para a construção da sua família ideal. Estas conceções transmitem a ideia de que não existe uma trajetória obrigatória e única para a construção de uma família, sendo que esta se constrói com base nas necessidades e interesses dos seus arquitetos – pessoa ou casal – (Mezey, 2015; Walsh, 2016), contribuindo, assim, para a ampliação das definições de família e as suas estruturas. Especificamente nas famílias compostas também por filhos, é ressaltado o papel que estas podem ter na relação conjugal e familiar, destacando-se o fortalecimento da relação conjugal, os novos desafios conjugais e as responsabilidades parentais.

Em relação aos desafios antecipados para operacionalizar a vivência destes percursos da conjugalidade – casamento, coabitação e construção de família –, associados ou não ao estigma social internalizado, as pessoas participantes demonstram receios e desafios pelos quais preveem passar. Ao nível do casamento, abordam a discriminação associada à exposição social como principal desafio e a proibição de casar pela igreja em Portugal, por não poderem conciliar as suas crenças religiosas com os seus objetivos de vida. Ao nível da coabitação, o principal desafio mencionado é o estigma social sentido por parte de pessoas senhorias e proprietárias que podem dificultar, ou até mesmo impedir, o processo de arrendamento e/ou compra de habitação. Esta posição discriminatória infringe a Constituição da República Portuguesa (2004, art. 13), especificamente o princípio da igualdade que diz que “*Ninguém pode ser (...) prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça (...) ou orientação sexual*”.

Ao nível da construção de família, os desafios manifestados passam pela complexidade dos processos de adoção e métodos alternativos de reprodução, como a inseminação artificial – questionários, desgaste emocional e psicológico, exposição – a elevada despesa financeira destes métodos.

Mais especificamente relacionado com o estigma social internalizado e a sua experiência, a discriminação vivenciada parece continuar a perpetuar-se na experiência com pessoas LGBTQIA+ nos mais diferentes contextos, desde a infância até à fase adulta. Contudo, há pessoas participantes que nunca se sentiram discriminadas diretamente até à data, ainda que antecipem que a discriminação pode acontecer nestes trajetos da vivência da conjugalidade. Neste sentido, também é antecipada que esta discriminação irá perpetuar-se nas novas fases do ciclo da vida que se encontram no percurso futuro destas pessoas, o que reflete a teoria do *stress* social (Tajfel & Turner, 1986; Turner, 1999 citado em Meyer, 2003), na medida em que o processo de categorização das pessoas LGBTQIA+ dá origem a processos intergrupais, como a discriminação, e oferece um apoio para o grupo e a sua autodefinição. Neste sentido, e como o ambiente social oferece às pessoas significado para criarem as suas representações do mundo e organizarem as experiências (Stryker & Statham, 1985 citado em Meyer, 2003), entende-se que as pessoas LGBTQIA+ refletem, no seu futuro, a continuidade da experiência de discriminação nos mais variados contextos, seja por experiências pessoais ou partilhadas pelos demais. Ainda assim, a narrativa das pessoas participantes, reflete uma potencial evolução face à perceção da sociedade sobre as temáticas LGBTQIA+ e as suas atitudes com estas pessoas.

De forma a lidar adaptativamente com os desafios antecipados para a vivência do casamento, coabitação e construção de família, existem algumas estratégias que foram destacadas na narrativa das pessoas participantes, tais como a comunicação ativa sobre as temáticas relacionadas com a vivência e o ciclo vital das pessoas LGBTQIA+. Esta comunicação tem como objetivo sensibilizar para a causa LGBTQIA+ em qualquer contexto social. Parece importante educar crianças que falem abertamente sobre estas temáticas com curiosidade (Mezey, 2015), não sendo esta tarefa apenas da responsabilidade da população LGBTQIA+. Neste seguimento, parece também urgente a adaptação e apoio por parte dos estabelecimentos de ensino, quer ao nível do programa educacional, quer ao nível do comportamento e das atitudes pró-LGBTQIA+ por parte das pessoas docentes, funcionárias e estudantes para uma melhor educação das crianças que serão, futuramente, os novos adultos. Para além disso, pareceu relevante procurar apoio familiar e social dado que haver abertura para partilhar sentimentos e pensamentos associados à discriminação sofrida nos diversos contextos sociais parece constituir uma boa estratégia de *coping* utilizada pelas pessoas LGBTQIA+ (Mezey, 2015; Mara et. al., 2021).

### **Limitações e Investigações Futuras**

Este estudo beneficiaria de uma amostra maior e com mais representatividade das pessoas LGBTQIA+, assim como uma maior igualdade na representatividade das identidades de género

e orientações sexuais dentro da comunidade LGBTQIA+, de forma a refletir de forma mais sustentada as significações e expectativas relacionadas com os conceitos de família, casamento, coabitação e construção de família. Por outro lado, as pessoas entrevistadas são jovens adultos com idades, maioritariamente, compreendidas entre os 18 e os 26 anos, apenas com duas pessoas acima destas idades (34 e 59 anos). Isto faz com que emergja a necessidade e curiosidade de compreender as conceções e significados destes conceitos em idades mais avançadas, principalmente com pessoas que já experienciaram a coabitação e a construção de família de forma a perceber se os desafios vivenciados pela população LGBTQIA+ de idades mais avançadas são, efetivamente, os desafios antecipados pelas pessoas participantes desta investigação. Adicionalmente, uma das questões a que esta investigação pretendia dar resposta consistia em perceber o papel de uma rede social fortificada na conceção e significado atribuído à família, casamento, coabitação, construção de família e, conseqüentemente, nos desafios antecipados para vivenciar estas etapas do ciclo vital da família (McGoldrick et al., 2014), algo que não se sucedeu dada a inexperiência da investigadora e a falta de foco dado a esta componente nas entrevistas semiestruturadas. Neste sentido, seria importante que, num estudo futuro, se explorasse o papel de uma rede social apoiante e fortificada na vivência do estigma social internalizado e a forma como esta pode potenciar das variadas etapas do ciclo vital da família das pessoas LGBT (McGoldrick, 2014). Por outro lado, não foi possível entender se o preconceito e discriminação sentidos pelas pessoas LGBTQIA+ se relacionam com a criação, ou não, de barreiras na construção de uma família na população LGBTQIA+ portuguesa. Desta forma, seria interessante estudar a forma como o estigma social percebido pode contribuir (ou não) para o desejo, planeamento e vivência parental nesta população. Ademais, futuramente pode ser relevante explorar os desafios experienciados por pais e filhos de famílias compostas por pais LGBTQIA+ em Portugal, de forma a dar mais visibilidade e desenvolver estudos sobre as diversidades familiares (Walsh, 2016).

### **Potenciais Contributos para Prevenção, Intervenção e Investigação**

Relativamente aos pontos fortes desta investigação, salienta-se a base metodológica num paradigma construtivista que potenciou a descrição da realidade das pessoas participantes alicerçado nas suas experiências e no seu contexto social (Guba & Lincoln, 1994) e a abordagem sistémica que permitiu aceder às conceções e significados atribuídos à família, casamento, coabitação e construção de família com relação com as vivências familiares das pessoas participantes. Para além disso, os desafios vivenciados demonstrados na narrativa das pessoas participantes alerta para o caminho que ainda existe a percorrer no combate à discriminação da

população LGBTQIA+, bem como as estratégias pensadas pelos mesmos para se construir um espaço inclusivo com lugar para todas as diversidades do ser humano, uma vez que esta população não deve ser unicamente responsável pela mudança do sistema social (Bhattacharya et al., 2021). Neste sentido, outro contributo consiste nas pistas para a intervenção terapêutica que sugerem que as pessoas psicólogas devem atender às diferentes concepções e percursos possíveis na vivência da conjugalidade ou da parentalidade, tendo por base a diversidade familiar, nas suas narrativas, demonstrando compreensão e validação por cada realidade. Assim, privilegia-se a formação especializada no acompanhamento individual ou conjugal com pessoas LGBTQIA+, priorizando uma abordagem afirmativa (Harvey et al., 2021). Ademais, estarem sensíveis aos desafios percebidos e ao papel do estigma social internalizado nas suas vivências.

### **Conclusão**

No geral, pode-se compreender as concepções e significados atribuídos ao casamento, coabitação e construção de família nas pessoas LGBTQIA+, bem como o papel do estigma social percebido na experiência destes três possíveis trajetos na vivência da conjugalidade e na construção de família. Neste sentido, foi possível entender a relação entre o construto de família e a construção de uma vida em casal e de construção de família, dado que as pessoas participantes parecem procurar na pessoa parceira romântica que iniciarão a coabitação as mesmas características que, para estas, caracterizam uma relação familiar. Em primeiro lugar, foi possível compreender como as pessoas LGBTQIA+ conceptualizam, no geral, o casamento como a oficialização do compromisso entre as pessoas parceiras românticas, demonstrando a vontade de partilhar a vida em casal com a outra pessoa. Em segundo lugar, parece haver uma percepção de sobreposição na vivência da coabitação e na vivência marital, sendo que ambas podem trazer benefícios diferentes para a relação, sendo que a coabitação demonstra um caráter de flexibilidade e reversibilidade que o casamento não traz às pessoas participantes. Em terceiro lugar, parece haver desejo e expectativas parentais em conjunto com a pessoa parceira romântica e com filhos na maioria das pessoas participantes, o que demonstra que o estigma social internalizado, apesar de sentido e vivenciado pelas pessoas participantes, não constitui barreiras que impeçam ou dificultem o desejo e planeamento parental nas pessoas LGBTQIA+.

### Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares: uma visão sistemática* (3rd ed.). Quarteto.
- American Psychological Association (n.d.). Adjustment. In *APA dictionary of psychology*. Retrieved May 27, 2023, from <https://dictionary.apa.org/adjustment>
- American Psychological Association (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychologist*, 70(9), 832–864. <https://doi.org/10.1037/a0039906>
- Bhattacharya, N., Budge, S. L., Pantalone, D. W., & Katz-Wise, S. L. (2021). Conceptualizing relationships among transgender and gender diverse youth and their caregivers. *Journal of Family Psychology*, 35(5), 595–605. <https://doi.org/10.1037/fam0000815>
- Belmonte, L. A. (2020). *The international LGBT rights movement: a history*. Bloomsbury Publishing.
- Biblarz, T. J., & Savci, E. (2010). Lesbian, gay, bisexual, and transgender families. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 480-497.
- Bigner, J. J., & Wetchler, J. L. (Eds.). (2012). *Handbook of LGBT-affirmative couple and family therapy*. Routledge.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Clark, J. P. (2003). How to peer review a qualitative manuscript. Em F. Godlee & T. Jefferson (Eds.) *Peer review in health sciences* (pp. 219-235). BMJ Books.
- Cruz, P. W. (2023). The changing social gradient of marriage and cohabitation in seven Latin American countries. *Social Science Research*, 113, 102898.
- de Souza Minayo, M. C., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, (40), 11-25.
- Esteves, M. (2006). A análise de conteúdo. Em J. A. Lima & J. A. Pacheco (Orgs.), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-126). Porto Editora.
- Frost, D. M. (2011). Social stigma and its consequences for the socially stigmatized. *Social and Personality Psychology Compass*, 5(11), 824–839. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2011.00394.x>
- Gameiro, J., & Sampaio, D. (1985). Terapia familiar. *Edições Afrontamento*.
- Gassen, N. S. (2023). 19 Increasing Cohabitation and Decreasing Marriage:

- Explanations. *The Oxford Handbook of Family Policy Over the Life Course*, 419.
- Gates, G. J. (2015). Marriage and family: LGBT individuals and same-sex couples. *The Future of Children*, 67-87.
- Gato, J., Leal, D., & Tasker, F. (2019). Parenting desires, parenting intentions, and anticipation of stigma upon parenthood among lesbian, bisexual, and heterosexual women in Portugal. *Journal of Lesbian Studies*, 23(4), 451–463.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. *Handbook of qualitative research*, 2(163-194), 105
- Harvey, R., Murphy, M. J., Bigner, J. J., & Wetchler, J. L. (Eds.). (2021). *Handbook of LGBTQ-affirmative couple and family therapy*. Routledge.
- Hiekel, N., & Wagner, M. (2020). Individualized relationship practices and union dissolution: Differences between marriage and cohabitation. *European Sociological Review*, 36(6), 868-885.
- Hopkins, J. J., Sorensen, A., & Taylor, V. (2013). Same-Sex Couples, Families, and Marriage: Embracing and Resisting Heteronormativity 1. *Sociology Compass*, 7(2), 97-110.
- Hull, K. E., & Ortyl, T. A. (2019). Conventional and cutting-edge: Definitions of family in LGBT communities. *Sexuality research and social policy*, 16, 31-43.
- Jackson, C. (2012). Conjuality as social change: A Zimbabwean case. *Journal of Development Studies*, 48(1), 41-54.
- Kansky, J. (2018). What's love got to do with it? Romantic relationships and well-being. In E. Diener, S. Oishi & L. Tay (Eds.), *Handbook of well-being* (pp.1-24). DEF Publishers.
- Kimport, K. (2013). *Queering marriage: Challenging family formation in the United States*. Rutgers University Press.
- Kuhn, R., Bradbury, T. N., Nussbeck, F. W., & Bodenmann, G. (2018). The power of listening: Lending an ear to the partner during dyadic coping conversations. *Journal of Family Psychology*, 32(6), 762–772. <https://doi.org/10.1037/fam0000421>
- Lei nº 147/99 de 1 de setembro. *Diário da República n.º 204/1999 – I-A Série*. Ministério Público. Lisboa.
- Lima, J. Á. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 7-29. [https://doi.org/10.14195/1647-8614\\_47-1\\_1](https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-1_1)
- Mara, LC., Ginieis, M. & Brunet-Icart, I. Strategies for Coping with LGBT

- Discrimination at Work: a Systematic Literature Review. *Sex Res Soc Policy* 18, 339–354 (2021). <https://doi.org/10.1007/s13178-020-00462-w>
- Maurício, Á. F. D. S. (2018). *A atuação dos sistemas de proteção de direitos humanos na defesa da comunidade LGBT* (Doctoral dissertation).
- McCormick, A., & Baldrige, S. (2019). Family acceptance and faith: Understanding the acceptance processes of parents of LGBTQ youth. *Social Work and Christianity*, 46(1), 32-40.
- McGoldrick, M., Carter, B., & Garcia-Preto, N. (2014). *The Expanded Family Life Cycle Individual, Family, Social Perspectives* (4th editio).
- Melo, I. L. S. (2023). *A equiparação do casamento e união estável no Brasil: o direito como reflexo da sociedade*.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674–697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Meyer, I., Schwartz, S., & Frost, D. M. (2008). Social patterning of stress and coping: Does disadvantaged social status confer more stress and fewer coping resources? *Social Science & Medicine*, 67(3), 368-379. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2008.03.012>
- Mezey, N. J. (2015). *LGBT families*. Sage.
- Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2012). O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 21(43), 84-98.
- Monsma, S. (2014). (Re)Defining Marriage: Changes and challenges. *Journal of Sociology and Christianity*, 4(1).
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: *Coisas de ler*.
- Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+ (2019). *Relatório anual 2019: Discriminação contra pessoas LGBTI+*. [https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA\\_Relatorio\\_Discriminacao\\_2019.pdf](https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf)
- Olmos-Vega, F. M., Stalmeijer, R. E., Varpio, L., & Kahlke, R. (2022). A practical guide to reflexivity in qualitative research: AMEE Guide No. 149. *Medical Teacher*, 45(3), 241–251. <https://doi.org/10.1080/0142159x.2022.2057287>
- Ordem dos Psicólogos (2020). *Linhas de orientação para a prática profissional no âmbito da intervenção psicológica com pessoas LGBTQ*. Retrieved from [https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/linhasorientacao\\_lgbtq.pdf](https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/linhasorientacao_lgbtq.pdf)

- Pathak, V., Jena, B., & Kalra, S. (2013). Qualitative research. *Perspectives in clinical research*, 4(3).
- Price, C. A., Bush, K. R., & Price, S. J. (2017). *Families & change: Coping with stressful events and transitions* (5th ed.). SAGE Publication, Inc.
- Santos, A. C. (2004). Nem menos, nem mais, direitos iguais”: a juridificação do movimento LGBT português. In *Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra* (pp. 16-18).
- Scorsolini-Comin, F., Alves-Silva, J. D., & Santos, M. A. D. (2019). Permanências e discontinuidades nas concepções contemporâneas de casamento na perspectiva de casais longevos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34.
- Stebbins, R. A. (2001). What is exploration. *Exploratory research in the social sciences*, 48, 2-17.
- Stepien-Sporek, A., & Ryznar, M. (2016). The consequences of cohabitation. *USFL Rev.*, 50, 75.
- Szcześniak, M., & Tułeczka, M. (2020). Family functioning and life satisfaction: The mediatory role of emotional intelligence. *Psychology research and behavior management*, 223-232.
- Teixeira, T., Grave, R., Aires, R., & Pereira, C. G. (2021). Isto não é um glossário: in/definições de géneros e sexualidades.
- Terry, G., Hayfield, N., Clarke, V., & Braun, V. (2017). Thematic analysis. Em C. Willig & W. S. Rogers (Eds.), *The sage handbook of qualitative research in psychology* (pp. 17-37). Thousand Oaks, CA, USA: Sage.
- Testa, R. J., Habarth, J., Peta, J., Balsam, K., & Bockting, W. (2015). Development of the gender minority stress and resilience measure. *Psychology of sexual orientation and gender diversity*, 2(1), 65.
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*, 3-27.

## **APÊNDICES**

## Apêndice A

### Questionário Sociodemográfico

O presente questionário insere-se na dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, na vertente Sistémica – Contextos Familiar, Comunitário e Forense – de Elsa da Assunção Martins sob orientação da Professora Doutora Luana Cunha Ferreira, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

O preenchimento deste questionário tem uma duração média de 5 minutos. No final, procederemos à realização da entrevista se assim o pretender.

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Género: \_\_\_\_\_
3. Identidade de Género: \_\_\_\_\_
4. Orientação Sexual: \_\_\_\_\_
5. Nacionalidade: \_\_\_\_\_
6. Religiosidade:
7. Situação relacional atual: Solteiro/a   
A namorar   
União de Facto / Coabitação   
Casado/a
8. Duração da relação atual: \_\_\_\_\_
9. Duração da Coabitação: \_\_\_\_\_
10. Duração do Casamento: \_\_\_\_\_
11. Tem filhos? Sim  Não

Obrigada pela sua colaboração!

## Apêndice B

### Guião da Entrevista Semiestruturada

Blocos Temáticos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Memória
<b>1. Informação sobre a Investigação</b>	1. Pedir autorização para gravação áudio da entrevista 2. Proceder à apresentação 3. Explicitar os objetivos da entrevista 4. Garantir ética deontológica 5. Apresentação do consentimento informado	2.1. Apresentação do investigador; 3.1. Fornecer informação sobre os objetivos, a finalidade, a duração da entrevista 4.1. Agradecer a colaboração 4.2. Garantir a confidencialidade 4.3. Informar sobre o direito à não resposta e à desistência 4.4. Assegurar o esclarecimento de eventuais dúvidas 5.1. Leitura e assinatura do consentimento informado	
<b>2. Concepções sobre Família</b>	1. Aceder às significações e concepções sobre família;	1.1. O que considera ser uma "família"? 1.2. Quem identifica como membro da sua própria família? 1.3. Como caracteriza a sua relação com a sua família de origem? 1.4. Considera que o seu conceito de família é importante para a maneira como conceptualiza sobre os seus relacionamentos atuais? 1.5. O que conceptualiza como a sua família nuclear no futuro?	*e.g., "Como definiria uma relação família?" *e.g., "O que diferencia uma relação familiar dos outros tipos de relação?" *e.g., "Como imagina uma família construída por si?"
<b>3. Concepções sobre a Coabitação</b>	1. Aceder às significações, concepções e importância sobre a coabitação.	1.1. De que forma considera a coabitação um marco importante numa relação? 1.2. Quais são os aspetos que considera mais relevantes na	

		<p>escolha da pessoa com quem pretende coabitar?</p> <p>1.3. O que é que considera que diferencia o casamento e a coabitação?</p> <p>1.4. O que é que considera que aproxima o casamento e a coabitação?</p>	
<b>4. Concepções sobre o Casamento</b>	<p>1. Aceder às significações e concepções sobre “casamento”.</p> <p>2. Perceber como a opinião da sociedade atual impacta a concepção de casamento.</p>	<p>1.1. De que forma considera o casamento um marco importante numa relação?</p> <p>1.2. Que benefícios considera que o casamento traz para a relação?</p> <p>1.3. O que conceptualiza como a sua relação após o casamento?</p> <p>2.1. Como é que a percepção da sociedade impacta a sua percepção sobre o casamento?</p>	
<b>5. Concepções acerca da Construção de Família</b>	<p>1. Aceder à importância de filhas na família.</p> <p>2. Compreender os desafios antecipados pelas pessoas LGBTQIA+ nestas temáticas, bem como as estratégias utilizadas e/ou pensadas para lidar com os mesmos</p> <p>3. Aceder à percepção que têm sobre a opinião da sociedade face a famílias compostas por pessoas LGBTQIA+.</p>	<p>1.1. Que importância poderão vir a ter os filhos na construção de uma família?</p> <p>2.1. Que desafios a comunidade LGBTQIA+ enfrenta para construir uma família?</p> <p>1.2. Que estratégias utilizam para lidar com esses desafios?</p> <p>3.1. De que forma percebe a concepção de família formada por casais do mesmo género por parte da sociedade atual?</p>	
<b>6. Percepção da Discriminação</b>	<p>1. Explorar a discriminação vivenciada até ao momento pelas pessoas participantes</p>	<p>1.1. Já se sentiu discriminado por pertencer à comunidade LGBTQIA+?</p>	
<b>7. Conclusão da Entrevista</b>	<p>1. Obter possíveis informações que não tenham sido abordadas</p> <p>2. Esclarecer possíveis dúvidas</p> <p>3. Agradecer</p>	<p>1.1. Perguntar se querem acrescentar algo que considera relevante</p> <p>3.1. Agradecer a colaboração, a disponibilidade e o contributo para a investigação</p>	

## Apêndice C

### Consentimento Informado

Esta investigação insere-se na realização da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, na vertente Sistémica – Contextos Familiar, Comunitário e Forense – de Elsa da Assunção Martins sob orientação da Professora Doutora Luana Cunha Ferreira, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

O principal objetivo desta investigação é compreender as conceções e significações de pessoas da comunidade LGBTQIA+ acerca do casamento, casamento e construção de família. Neste sentido, será realizada uma entrevista de aproximadamente 1h (uma hora). A entrevista será gravada em formato áudio para posterior transcrição, sendo que, de modo a salvaguardar a confidencialidade dos dados recolhidos e a privacidade das pessoas participantes, quaisquer conteúdos que possam ser identificadores do participante serão alterados ou cortados da transcrição. No final do estudo, todas as gravações serão eliminadas permanentemente. É de ressaltar que apenas os investigadores terão acesso aos dados recolhidos na entrevista.

A participação nesta investigação é inteiramente voluntária. Para além disso, as pessoas participantes têm o direito a não responder a qualquer questão que não pretendam responder e, para além disso, têm o direito de desistência em qualquer momento da entrevista. Se pretenderem, as pessoas participantes também podem ter acesso a informação pós-estudo, isto é, aos resultados da investigação ao contactar o investigador, bem como qualquer dúvida que surja após a entrevista.

Contacto do investigador: [elsamartins.psi@gmail.com](mailto:elsamartins.psi@gmail.com)

Declaro que aceito participar nesta investigação e que tomei conhecimento acerca das minhas condições e direitos enquanto participante,

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_

Assinatura/Rúbrica

## Apêndice D

### Listagem das categorias, definições operacionais e número de fontes e referências correspondentes

1. **Concepções sobre a Família** (16/371): reflete as atribuições e significados associados ao construto de família, pela perspectiva das pessoas participantes e como estas admitem que a sociedade o perspectiva.
  - 1.1 **Construto** (16/103): representa o significado atribuído pelas pessoas participantes à palavra família e o que baseia uma relação familiar.
    - 1.1.1 **Caracterização** (16/68): transparece as dimensões que, segundo as pessoas participantes, deveriam estar na base de uma relação familiar.
      - 1.1.1.1 **Aceitação incondicional** (15/35): remete para a empatia e apoio sentido em situações avassaladoras pelas pessoas familiares.
      - 1.1.1.2 **Laços afetivos seguros** (13/25): remete para uma convivência familiar em que é possível contar com o carinho e afeto constante da pessoa familiar.
      - 1.1.1.3 **Comunicação ativa** (5/8): remete para um espaço onde proporcionam conversações sobre as vontades, necessidades e sentimentos de cada um, bem como demonstrar curiosidade e compreensão para ouvir a perspectiva da outra pessoa.
    - 1.1.2 **Composição familiar** (12/35): consiste no que as pessoas participantes consideram ser a cola que torna com que a relação seja considerada familiar.
      - 1.1.2.1 **Família escolhida** (9/22): remete para os membros familiares que são escolhidos durante o ciclo vital e o desenvolvimento pessoal e social.
      - 1.1.2.2 **Flexível** (7/8): reflete a amplitude, flexibilidade e caráter mutável da composição familiar ao longo da vida.
      - 1.1.2.3 **Relação biológica** (4/5): transparece a relação familiar que considera como base os laços consanguíneos que os unem.
  - 1.2 **Família de Origem** (16/58): remete para as considerações das pessoas participantes acerca da família de origem, bem com a sua transposição para os relacionamentos construídos fora do contexto familiar.
    - 1.2.1 **Caracterização da dinâmica familiar** (16/53): reflete a forma como as pessoas participantes caracterizam a interação com os seus familiares.
      - 1.2.1.1 **Positiva** (13/31): transparece uma dinâmica familiar que é caracterizada como boa, fazendo parte dela alguns dos adjetivos que caracterizam o conceito de família.
      - 1.2.1.2 **Oscilante** (9/15): reflete uma dinâmica familiar que não é estável e se altera conforme as vivências em seio familiar.
      - 1.2.1.3 **Atribulada** (6/7): reflete uma dinâmica familiar que passou por adversidades e/ou crises.
    - 1.2.2 **Influência nos relacionamentos futuros** (8/15): consiste na transposição dos valores, ideias e padrões de interação que as pessoas participantes consideram que acontece ou não nos relacionamentos que constroem fora do contexto familiar.
  - 1.3 **Família futura** (16/200): consiste nas concepções, significados e desafios que as pessoas participantes atribuem ao acesso (ou não) à parentalidade, bem como a forma como estes admitem que a sociedade a perspectiva.
    - 1.3.1 **Desafios previstos** (15/64): remete para as dificuldades antecipadas pelas pessoas participantes no acesso (ou não) à parentalidade e, conseqüentemente, à vivência da mesma.
      - 1.3.1.1 **Complexidade** (9/23): transparece a dificuldade do processo e o desgaste emocional e psicológico antecipado pelas pessoas participantes associada ao processo de acesso à parentalidade.
      - 1.3.1.2 **Discriminação** (7/11): reflete a discriminação antecipada pelas pessoas participantes, por parte da sociedade face ao acesso à parentalidade por pessoas LGBTQIA+.
      - 1.3.1.3 **Financeiramente dispendioso** (6/13): remete para os elevados custos económicos associados ao processo de acesso à parentalidade, mais especificamente relacionados com a adoção ou as tecnologias de reprodução assistida.
      - 1.3.1.4 **Na escola das pessoas filhas** (9/19): consiste na experiência antecipada dos pais LGBTQIA+ e pessoas filhas de famílias com pais LGBTQIA+ nos estabelecimentos de ensino.

- 1.3.1.4.1 **Bullying** (6/8): reflete a preocupação sentida pelas pessoas participantes associada à violência psicológica, emocional e/ou física realizada com intenção de oprimir em contexto escolar.
- 1.3.1.4.2 **Inadaptação e desapoio** (6/10): remete para a necessidade de adaptação das escolas às famílias compostas por pessoas LGBTQIA+ e à carência de recursos de apoio psicológico sentidos pelas pessoas participantes.
- 1.3.2 **Percepção sobre a sociedade** (16/55): reflete o que as pessoas participantes consideram ser a opinião da sociedade relativamente às famílias compostas por pessoas LGBTQIA+.
  - 1.3.2.1 **Oposição** (13/34): remete para a percepção opositora que as pessoas participantes têm acerca da opinião da sociedade face às famílias compostas por pessoas LGBTQIA+.
    - 1.3.2.1.1 **Não aceitante** (7/12): representa a percepção não aceitante que as pessoas participantes associam à opinião da sociedade face às famílias compostas por pessoas LGBTQIA+.
      - 1.3.2.1.1.1 **Questionamento das competências parentais** (4/6): remete para percepção das pessoas participantes de que a sociedade não considera que estes tenham aptidões parentais para educar e criar uma criança.
      - 1.3.2.1.1.2 **Ausência da figura do género oposto** (7/9): remete para percepção das pessoas participantes de que a sociedade considera que a falta de uma figura parental de cada género é imprescindível para o bom desenvolvimento da criança.
    - 1.3.2.2 **Evolução positiva** (7/15): reflete a melhoria progressiva da opinião da sociedade em prol das famílias compostas por pessoas LGBTQIA+ pela perspectiva das pessoas participantes.
    - 1.3.2.3 **Apoiante** (5/6): remete para a percepção das pessoas participantes de que a opinião da sociedade é favorável à construção de famílias compostas por pessoas LGBTQIA+.
  - 1.3.3 **Expectativa da composição** (13/28): remete para a forma como as pessoas participantes idealizam a sua família futura.
    - 1.3.3.1 **Pessoas parceiras românticas e pessoas filhas** (9/11): reflete a idealização das pessoas participantes que perspetivam a sua família composta pela pessoa companheira amorosa e pelas pessoas filhas criadas em conjunto.
    - 1.3.3.2 **Só pessoas filhas** (7/9): remete para a idealização das pessoas participantes que não consideram que a presença da pessoa parceira romântica faça, obrigatoriamente, parte da sua estrutura familiar ideal, enquanto as pessoas filhas são um objetivo.
    - 1.3.3.3 **Só com pessoa parceira romântica** (2/2): remete para a idealização das pessoas participantes que não almejam criar pessoas filhas na sua composição familiar, mas pretendem construir família apenas com a pessoa parceira romântica.
    - 1.3.3.4 **Animais de estimação** (6/6): remete para a idealização das pessoas participantes que veem na sua composição familiar a presença de animais domésticos criados em família.
  - 1.3.4 **Importância das pessoas filhas** (15/53): reflete a importância (ou não) que as pessoas participantes atribuem à presença de pessoas filhas para construir uma família, bem como o que estas poderiam trazer para a relação conjugal e familiar.
    - 1.3.4.1 **Casal sem pessoas filhas constitui família** (12/15): consiste na opinião de um casal que não pretenda ter pessoas filhas na sua composição familiar também constitui uma das inúmeras estruturas familiares possíveis.
    - 1.3.4.2 **Papel** (12/32): reflete as funções que as pessoas participantes consideram que as pessoas filhas podem ter na relação conjugal e familiar.
      - 1.3.4.2.1 **Fortalecimento da relação conjugal** (9/16): remete para a opinião de que a pessoa filha pode ajudar a tornar a relação entre os pais mais consistente, apoiante e unida.
      - 1.3.4.2.2 **Novos desafios** (7/11): remete para a opinião de que as pessoas filhas podem contribuir para a emergência de novos desafios no casal, tais como aprender a lidar com novas tarefas e responsabilidades ligadas à parentalidade e organização doméstica.
      - 1.3.4.2.3 **Melhor experiência de vida** (3/5): remete para a opinião de que a criação de pessoas filhas constitui um propósito de vida que traz uma sensação de realização pessoal e/ou conjugal.
- 2. **Conceções sobre o Casamento** (16/175): consiste nas atribuições e significados associados ao conceito de casamento pela perspectiva das pessoas participantes e como estas admitem que a sociedade o perspetiva.

- 2.1 **Significado atribuído ao casamento** (16/54): transparece a relevância que as pessoas participantes consideram que o casamento tem na vida pessoal e conjugal.
- 2.1.1 **Oficialização do compromisso** (12/23): remete para a crença de que o casamento aumenta a sensação de compromisso e de vitalidade da relação.
- 2.1.2 **Celebração do amor com pessoas importantes** (8/15): remete para a crença de que o casamento consiste na comemoração da relação amorosa com familiares e entes queridos de cada cônjuge.
- 2.1.3 **Só o contrato** (8/14): remete para a crença de que o casamento consiste no acordo reconhecimento legal da união entre as duas pessoas.
- 2.2 **Benefícios percebidos** (14/31): reflete as vantagens que as pessoas participantes associam que o casamento acarreta para a vida pessoal e para a relação marital.
- 2.2.1 **Legais** (7/15): remete para a previsão das pessoas participantes de que o casamento trará benefícios ao nível das leis para a experiência de relação marital.
- 2.2.2 **Compromisso** (8/10): remete para a previsão das pessoas participantes de que emerge um sentido de investimento e comprometimento acrescido na relação.
- 2.2.3 **Fortalecimento de laços** (5/5): remete para a previsão das pessoas participantes de que o casamento aumenta a união e conexão emocional entre os cônjuges.
- 2.3 **Relação após o casamento** (13/39): reflete as alterações que as pessoas participantes antecipam que o casamento pode proporcionar à relação conjugal.
- 2.3.1 **Sensação de continuidade** (7/14): reflete a antecipação das pessoas participantes de que a relação continua a mesma antes e após o casamento, sem alterações.
- 2.3.2 **Dificuldades percebidas** (4/11): remete para a antecipação das pessoas participantes de que existem dificuldades relacionais que emergem após o casamento.
- 2.3.3 **Melhorias percebidas** (5/8): remete para a antecipação das pessoas participantes de que, após o casamento, pode existir uma sensação de melhoria da relação conjugal, ou seja, de que o casamento pode aumentar a união e conexão emocional do casal.
- 2.3.4 **Desbloqueia níveis** (5/6): remete para a antecipação das pessoas participantes de que o casamento traz uma sensação de desbloqueio de um passo seguinte, i.e., nível, seja este coabitar ou construir família com ou sem pessoas filhas.
- 2.4 **Sobrepõe-se à coabitação** (10/16): transparece a crença das pessoas participantes de que, na prática, existe uma aproximação entre o construto de coabitação e de casamento, não havendo diferenças na vivência pessoal e em casal de ambos.
- 2.5 **Influência da sociedade** (12/24): reflete a percepção das pessoas participantes acerca da interferência que as concepções promulgadas pela sociedade podem ter tido na construção e atribuição que as pessoas participantes fizeram relativamente ao casamento.
- 2.5.1 **Positiva** (10/18): remete para uma conotação favorável da sociedade atribuída ao casamento, incentivando à sua prática entre casais cisheteronormativos.
- 2.5.2 **Negativa** (3/5): remete para um incentivo desfavorável à prática do casamento, principalmente devido às taxas de divórcio atualmente e aos custos associados ao mesmo.
- 2.6 **Discriminação prevista** (7/11): reflete a percepção das pessoas participantes acerca do estigma social sentido relativamente ao casamento LGBTQIA+.
3. **Concepções sobre a Coabitação** (16/132): reflete as atribuições e significados associados ao conceito de coabitação, bem como os desafios associados à sua vivência pela perspectiva das pessoas participantes
- 3.1 **Benefícios percebidos** (16/66): reflete as vantagens percebidas pelas pessoas participantes acerca do que a coabitação pode trazer para a relação conjugal.
- 3.1.1 **Relação conjugal** (15/45): remete para como as pessoas participantes perspetivam que a coabitação pode estar associada a melhorias na relação conjugal.
- 3.1.1.1 **Aprender a viver em casal** (11/22): reflete como as pessoas participantes antecipam como a coabitação pode ajudar o casal a aprender a conjugar rotinas e a desenvolver um espaço comum, tendo em consideração ambas as individualidades.
- 3.1.1.2 **Conhecer melhor a outra pessoa** (11/15): remete para como as pessoas participantes antecipam que a coabitação pode ajudar o casal a descobrir as diferentes facetas da pessoa parceira romântica.
- 3.1.1.3 **Teste à relação** (6/8): reflete como as pessoas participantes antecipam que a coabitação pode ajudar o casal a perceber se a relação tem prospeção e a viabilidade de futuro.
- 3.1.2 **Simplicidade** (3/6): reflete a fluidez e espontaneidade que as pessoas participantes consideram estar inerente ao conceito de coabitação.

- 3.2 **Características da pessoa parceira romântica** (16/57): reflete os atributos que as pessoas participantes consideram essenciais para perceber se a pessoa com quem têm uma relação romântica tem potencial para coabitar.
- 3.2.1 **Respeito pelo espaço comum vs. individual** (14/30): remete para a consideração de que é importante que cada pessoa deve ter o seu espaço pessoal e privado para além do espaço partilhado construído a dois que passa pela divisão e organização de tarefas domésticas.
- 3.2.2 **Comunicação ativa** (11/17): remete para a crença das pessoas participantes de que a pessoa parceira romântica contribuir para que haja conversas abertas sobre as vontades e sentimentos de cada um, bem como sublinhar a disposição para ouvir a perspectiva da outra pessoa.
- 3.2.3 **Aceitação incondicional** (4/5): reflete a crença das pessoas participantes de que a pessoa parceira romântica deva ter uma sensação de empatia pelas fragilidades e situações avassaladoras da pessoa companheira.
- 3.2.4 **Laços afetivos seguros** (4/5): remete para a crença das pessoas participantes de que a pessoa parceira romântica deva contribuir para a potencialização de momentos de carinho e afeto da pessoa companheira, de forma espontânea.
- 3.3 **Desafios previstos** (7/9): reflete os obstáculos antecipados pelas pessoas participantes associados à vontade de coabitar com uma pessoa parceira romântica.
- 3.3.1 **Comprar ou arrendar habitação** (5/6): remete para a antecipação das pessoas participantes de que haverá dificuldade em encontrar uma habitação em que não se sintam discriminados por serem pessoas LGBTQIA+.
- 3.3.2 **Maior procura por relações casuais** (2/3): remete para a perceção das pessoas participantes de que a geração Z tem uma preferência por relacionamentos com menos sensação de compromisso e prospeção de futuro.
4. **Especificidades da Comunidade LGBTQIA+** (16/138): transparece a perceção que as pessoas participantes têm acerca dos desafios inerentes à vivência de pessoas LGBTQIA+, bem como as estratégias utilizadas ou pensadas para colmatar ou diminuir estes desafios.
- 4.1 **Desafios percebidos** (16/78): reflete a discriminação sentida pelas pessoas participantes por serem pessoas LGBTQIA+.
- 4.1.1 **Discriminação vivenciada** (14/39): remete para a discriminação sentida pelas pessoas participantes como pessoas LGBTQIA+, mais especificamente, a discriminação que estes experienciaram nos diferentes contextos em que se inserem ou já estiveram inseridos.
- 4.1.1.1 **Contexto** (11/17): reflete para os principais âmbitos em que as pessoas participantes sentiram estigma social, nomeadamente, os contextos público, familiar, escolar e nas redes sociais.
- 4.1.1.2 **Não houve discriminação percebida** (5/6): remete para a sensação de algumas pessoas participantes de que não se sentiram discriminados, diretamente, até ao momento.
- 4.1.2 **Discriminação antecipada** (12/31): remete para a discriminação prevista pelas pessoas participantes, devido ao que já foi ouvido e experienciado até ao momento, especificamente, nos processos de construção de família, casar e/ou coabitar.
- 4.1.3 **Consequências da discriminação** (5/8): remete para as experiências vividas ou antecipadas das pessoas participantes que decorreram de momentos em que sentiram ao estigma social por serem pessoas LGBTQIA+.
- 4.2 **Estratégias** (14/61): reflete os métodos utilizados pelas pessoas participantes para lidar com os desafios mencionados, bem como as mudanças que gostavam de verificar em contextos específicos.
- 4.2.1 **Promover comunicação sobre a causa** (12/30): remete para sensibilização e apelação à comunicação geral, bem como, curiosidade genuína com o objetivo de promover conhecimento pessoas sobre a comunidade LGBTQIA+ e a sua experiência em sociedade.
- 4.2.2 **Adaptar estabelecimentos de ensino** (7/15): remete para a necessidade das pessoas participantes de reformar os valores e ideais que são perpetuadas pelos docentes e funcionários da escola, bem como no programa escolar lecionado.
- 4.2.3 **Procurar apoio familiar e social** (4/10): remete para a necessidade de procurar grupos sociais e familiares que apoiem e respeitem a pessoa LGBTQIA+ na sua totalidade.
- 4.2.4 **Procurar psicoterapia** (3/4): reflete a necessidade de iniciar um processo terapêutico de modo a encontrar estratégias para lidar com a discriminação percebida nos diversos contextos.
- 4.2.5 **Ignorar atitudes discriminatórias** (1/3): remete para desvalorização de algumas pessoas participantes face aos comentários e comportamentos percebidos como negativos recebidos na experiência com a sociedade.